

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00002174/2020-91e**Processo n.º:** 00600-00002174/2020-91e**Origem:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF**Assunto:** Representação

Ementa: Representação n.º 24/2020 – CF, oriunda do MPjTCDF, por meio do qual a i. Procuradora Cláudia Fernanda Oliveira Pereira requer (i) a criação, por meio do Setor de Tecnologia do TCDF, de mecanismo que facilite a fiscalização em tempo real dos contratos e pagamentos para o Covid19, (ii) o exame das aquisições de Equipamentos de Proteção Individual – EPI para profissionais de saúde e pacientes, dentre outros itens, para verificação da compatibilidade de preços, quantidade e qualidade; e (iii) a realização de inspeção na SES/DF, a fim de verificar a política adotada em relação à compra e disponibilização de EPIS para os profissionais de saúde, pacientes e seus acompanhantes. Juntada dos Ofícios n.ºs 282/2020-G2P e 293/2020-G2P, com respectivos anexos, em aditamento à Representação n.º 24/2020 – CF. Análise de admissibilidade. Decisão n.º 2.228/2020: conhecer parcialmente da Representação n.º 24/2020-CF e anexos, aditada mediante Ofícios n.ºs 282/2020-G2P e 293/2020-G2P e anexos, por atender aos requisitos previstos no art. 230, § 2º, do RITCDF; determinar à SES/DF que, nos termos do art. 230, § 7º, c/c art.123, §3º, do RITCDF, manifeste-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da baixa qualidade e da suposta ocorrência de sobrepreço na aquisição/fornecimento de máscaras cirúrgicas descartáveis e da morosidade nos processos de liberação de EPIs apontadas na Representação n.º 24/2020-CF e no Ofício n.º 282/2020-G2P; facultar à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. a possibilidade de, no mesmo prazo, manifestar-se acerca da baixa qualidade e da suposta ocorrência de sobrepreço nas máscaras fornecidas no âmbito do Processo SEI-GDF n.º 00060-00105182/2020-42; dar ciência da decisão que vier a ser proferida à i. representante; e autorizar o encaminhamento de cópia de peças dos autos à SES/DF e à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., a fim de subsidiar o cumprimento das diligências, e o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para análise dos documentos a serem encaminhados. Juntada do Ofício n.º 325/2020-G2P e documentos anexos. Manifestação da SES/DF em face do item II da Decisão n.º 2.228/2020. Juntada do Ofício n.º 409/2020-G2P e anexo (liminar deferida pelo TRT da 10ª Região no bojo da Ação Civil Pública n.º 0000607-54.2020.5.10.0019), com pedido de medida cautelar no sentido de determinar “à SES que se abstenha de liquidar, pagar e/ou reconhecer a dívida em tela, até decisão de mérito desta Corte”. Decisão n.º 2.604/2020: tomar conhecimento dos documentos juntados aos autos; considerar insuficientes os esclarecimentos prestados pela SES/DF em resposta ao item II da Decisão n.º 2.228/2020; com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, conceder a medida cautelar requerida no Ofício n.º 409/2020-G2P, determinando à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que se abstenha de liquidar, pagar e/ou reconhecer a dívida referente às “máscaras cirúrgicas descartáveis” fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. no bojo do Processo n.º 00060-00105182/2020-42, no valor de R\$ 8.273.721,4, alusiva à Nota de Empenho 2020NE0426, até ulterior deliberação plenária; reiterar (a) à jurisdicionada a determinação constante do item II da Decisão n.º 2.228/2020, para cumprimento integral no prazo de 15 (quinze) dias, com alerta ao titular da Pasta quanto à possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso VII do art. 57 da Lei

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00002174/2020-91e

Complementar n.º 01/1994 no caso de “reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal”, e (b) à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. a diligência prevista no item III da Decisão n.º 2.228/2020, para atendimento, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; dar ciência da decisão que vier a ser proferida à i. Representante; e autorizar o encaminhamento de cópia deste Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à SES/DF e à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., a fim de auxiliar no cumprimento das determinações, e o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para os devidos fins. Juntada do Ofício n.º 440/2020-G2P e anexos. Manifestação da SES/DF. Ingresso da Representação n.º 51/2020-G2P (e anexos) versando sobre denúncia de exigências possivelmente restritivas e/ou desnecessárias em editais para aquisição de máscaras, em virtude de não existirem as especificações requeridas em normas técnicas. Juntada dos Ofícios n.ºs 472/2020-G2P e 500/2020-G2P e respectivos anexos. Ingresso de pedido de declaração de nulidade do ato de citação e abertura de novo prazo para apresentação de defesa, formulado pelas novas representantes legais da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. Manifestação da unidade instrutiva (Informação n.º 86/2020 – DIASP3) e do *Parquet* especial (Parecer n.º 928/2020-G2P). Ingresso de pedido de devolução de prazo formulado pela representante legal da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. Despacho Singular n.º 713/2020 – GCIM: concessão do pleito, com posterior remessa dos autos à Seasp/TCDF, para reinstrução em cotejo com eventuais esclarecimentos que venham a ingressar neste feito. Manifestação da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. Nova manifestação da unidade instrutiva (Informação n.º 12/2021 – DIASP3) e do MPjTCDF (Parecer n.º 233/2021-G2P). Ingresso de novo expediente oriundo da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., contendo “elementos adicionais em razão de fatos novos”. Decisão n.º 1.753/2021: conhecimento dos documentos acostados ao feito e da Representação n.º 51/2020-G2P; manutenção da medida cautelar deferida pelo item III da Decisão n.º 2.604/2020; determinações à SES/DF; concessão do prazo de 15 dias para que a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., caso seja de seu interesse, adote as medidas indicadas; diligências à SES/DF, à Fundação Hemocentro de Brasília – FHB e ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, em razão da Representação n.º 51/2020-G2P; instauração de autos apartados para tratar da Representação n.º 51/2020-G2P, devendo ser promovido o desentranhamento das peças alusivas à aludida exordial, para juntada naquele feito, bem como de cópia da Informação n.º 86/2020 – DIASP3 (que contemplou a análise de admissibilidade da exordial), do relatório/voto do Relator e desta decisão; envio de cópia do relatório/voto do relator e desta decisão à SES/DF, à FHB, ao IGESDF e à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., por intermédio de suas representantes legais, para auxiliar no cumprimento das diligências em apreço; e retorno dos autos à Seasp/TCDF, para os devidos fins. Ingresso de pedido de prorrogação de prazo, por 30 dias, formulado pela SES/DF. Despacho Singular n.º 393/2021 – GCIM: concessão parcial (15 dias). Ingresso de pedidos de cópia formulados pela representante legal da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. Despachos Singulares n.ºs 440/2021 – GCIM e 503/2021 – GCIM: concessão. Manifestação da FHB, da SES/DF e da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. **Nesta fase**: análise de cumprimento de diligência e de mérito da Representação n.º 24/2020 – CF. Unidade instrutiva (Informação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

n.º 63/2021 – DIASP3) sugere: tomar conhecimento dos expedientes juntados aos autos; considerar (a) atendidos os itens III.a, III.b, IV.a, IV.c e IV.d da Decisão n.º 1.753/2021, (b) não atendido o item IV.b da Decisão n.º 1.753/2021 e (c) procedente a Representação n.º 24/2020-CF; determinar à SES/DF que (a) proceda a adequação da especificação da máscara cirúrgica descartável, constante do catálogo descritivo do Sistema Alphasinc, sob o código 91574, aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 15052:2004, quanto à Eficiência de Filtragem de Partículas (EFP) igual ou superior a 98%, para partículas de 0,105 µm, e à Eficiência de Filtragem Bacteriológica (BFE) igual ou superior a 95%, (b) reitere a notificação à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. para que faça a imediata retirada das 946.400 máscaras cirúrgicas descartáveis, reprovadas por qualidade insuficiente para proteção dos profissionais de saúde, encaminhando a esta Corte de Contas o Recibo de Retirada de Material, e (c) abstenha-se de efetuar qualquer pagamento à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., referente às 53.600 máscaras consumidas pelas unidades de saúde, nos termos da medida cautelar deferida pelo item III da Decisão n.º 2.604/2020, confirmada pelo item II da Decisão 1.753/2021; dar ciência da Decisão que vier ser adotada à SES/DF e à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda.; e autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para acompanhamento do atendimento do item III. Fato superveniente: juntada de documento intitulado “Elementos Adicionais” pela representante legal da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., após o término da instrução processual a cargo do ACE. Cota complementar do Diretor da 3ª Diasp/TCDF (Informação n.º 76/2021 – DIASP3) reitera as sugestões da Informação n.º 63/2021 – DIASP3, com acréscimo pelo conhecimento do documento “Elementos Adicionais”. Ingresso de pedido de cópia formulado pela representante legal da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. Despacho Singular n.º 718/2021 – GCIM: concessão das cópias demandadas e posterior encaminhamento dos autos ao *Parquet* especial. MPjTCDF aquiesce às sugestões do corpo instrutivo. VOTO parcialmente convergente com os órgãos instrutivo e ministerial, deixando de acolher as sugestões relacionadas à adequação pela SES/DF da especificação da máscara cirúrgica descartável aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 15052:2004 e à manutenção da medida cautelar deferida pelo item III da Decisão n.º 2.604/2020, reiterada pelo item II da Decisão n.º 1.753/2021, com os seguintes acréscimos: determinar à SES/DF que pague à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. apenas o valor de R\$ 195.640,00 (cento e noventa e cinco mil e seiscentos e quarenta reais), referente às 53.600 máscaras distribuídas e consumidas pelas unidades da Pasta de Saúde, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração, bem como identifique os responsáveis pelo recebimento do 1º lote das máscaras entregues pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. e pela distribuição das 53.600 unidades consumidas pelas unidades da Pasta de Saúde, para posterior audiência dos envolvidos ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, incisos II e III, da Lei Complementar n.º 01/1994.

RELATÓRIO

Tratam os autos da Representação n.º 24/2020 – CF, oriunda do Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF, por meio do qual a i. Procuradora



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

Cláudia Fernanda Oliveira Pereira requer (i) a criação, por meio do Setor de Tecnologia do TCDF, de mecanismo que facilite a fiscalização em tempo real dos contratos e pagamentos para o Covid19, (ii) o exame das aquisições de Equipamentos de Proteção Individual – EPI para profissionais de saúde e pacientes, dentre outros itens, para verificação da compatibilidade de preços, quantidade e qualidade; e (iii) a realização de inspeção na SES/DF, a fim de verificar a política adotada em relação à compra e disponibilização de EPIS para os profissionais de saúde, pacientes e seus acompanhantes (e-DOC 648B3A65-e e anexos¹).

Posteriormente, o *Parquet* especial aditou a Representação n.º 24/2020-CF, por meio do Ofício n.º 282/2020-G2P (e-DOC 95858BA9) e anexos², dando ciência de “denúncias de irregularidade envolvendo a distribuição de máscaras [adquiridas pela SES/DF] a profissionais de saúde no DF, com alegado sobrepreço e má qualidade”.

Por fim, a i. titular da 2ª Procuradoria do MPJTCDF promoveu novo aditamento à Representação n.º 24/2020-CF, mediante Ofício n.º 293/2020-G2P (e-DOC D1E49E01-e) e anexo³, tendo apontado como possível irregularidade a indefinição no quantitativo de máscaras cirúrgicas a serem confeccionadas e doadas pela Fábrica Social como auxílio no enfrentamento à pandemia pelo coronavírus COVID-19, em parceria realizada entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, no âmbito do Processo SEI GDF n.º 00060-00136638/2020-16.

Na Sessão Ordinária n.º 5.213, de 17.06.2020, esta Corte de Contas, por unanimidade, exarou a **Decisão n.º 2.228/2020** (e-DOC 86A1CED2-e), com o seguinte teor:

“I – tomar conhecimento: a) da Representação n.º 24/2020 – CF (e-DOC 648B3A65-e e anexos de e-DOCs B70DF754-e e D321E6A0-e), aditada mediante Ofício n.º 282/2020-G2P (e-DOC 95858BA9-e e anexos de e-DOCs 27C80DB3-e, 90D5CCB7-e, 1160974D-e e 5236D5E7-e) e Ofício n.º 293/2020-G2P (e-DOC D1E49E01-e e anexo de e-DOC B5C88FF5-e), apenas com relação à baixa qualidade das “máscaras cirúrgicas descartáveis” fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. no âmbito do Processo SEIGDF n.º 00060-00105182/2020-42, à ocorrência de possível sobrepreço na referida aquisição e à morosidade nos processos de liberação de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para os profissionais de saúde, pacientes e seus acompanhantes, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF e com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993; b) da Informação n.º 46/2020 – DIASP3 (e-DOC 705CAEFFe); II – com fulcro nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente esclarecimentos acerca das questões indicadas a seguir, devendo encaminhar a este Tribunal cópia de todos os documentos referenciados em sua manifestação, ou, alternativamente, inserir

¹ E-DOCs B70DF754-e e D321E6A0-e.

² E-DOCs 27C80DB3-e, 90D5CCB7-e, 1160974D-e e 5236D5E7-e.

³ E-DOC B5C88FF5-e (cópia do Processo SEI GDF n.º 00060-00136638/2020-16).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

*uma tabela contendo o número verificador dos documentos citados (número do SEI – e os respectivos códigos CRC, a fim de viabilizar o acesso ao inteiro teor desses documentos por meio das ferramentas de consulta públicas já disponíveis): a) baixa qualidade das “máscaras cirúrgicas descartáveis” fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. no âmbito do Processo SEI-GDF n.º 00060-00105182/2020-42; b) ocorrência de possível sobrepreço na aquisição mencionada no item “II-a” anterior; c) morosidade nos processos de liberação de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para os profissionais de saúde, pacientes e seus acompanhantes; III – em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, **conceder prazo de 15 (quinze) dias para que a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., caso queira, apresente suas considerações acerca:** a) da baixa qualidade das “máscaras cirúrgicas descartáveis” fornecidas no âmbito do Processo SEI-GDF n.º 00060-00105182/2020-42; b) da ocorrência de possível sobrepreço no fornecimento mencionado no item “III-a” anterior; IV – dar ciência desta decisão à representante; V – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Representação n.º 24/2020-CF, do Ofício n.º 282/2020-G2P e anexos (I a IV), do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF, a fim de auxiliar no cumprimento do item II; b) o encaminhamento de cópia da Representação n.º 24/2020-CF, do Ofício n.º 282/2020-G2P e Anexo I, do relatório/voto do Relator e desta decisão à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., a fim de auxiliar no cumprimento do item III; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para os devidos fins.” (grifos nossos)*

Em 22.06.2020, foram juntados aos autos o Ofício n.º 325/2020-G2P (e-DOC F1E95CFD-e) e documentos anexos (e-DOCs 4A8A53BE-e e 93AC10B3-e), de 09.06.2020.

No dia 24.06.2020, a Pasta da Saúde, por meio do Ofício n.º 3864/2020 - SES/GAB e anexos (e-DOC C4F2735A-c), manifestou-se em resposta ao item II da Decisão n.º 2.228/2020.

Em 06.07.2020⁴, a titular da 2ª Procuradoria do MPJTCDF, por meio do Ofício n.º 409/2020-G2P (e-DOC 1FE4C436-e), encaminhou cópia da liminar deferida, em 02.07.2020, pelo TRT da 10ª Região, no bojo da Ação Civil Pública n.º 0000607-54.2020.5.10.0019, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho – MPT “em face do DISTRITO FEDERAL e do INSTITUTO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL - IHBDF⁵” (e-DOC A8F90532-e), bem como requereu “que a Corte determine à SES que se abstenha de liquidar, pagar e/ou reconhecer a dívida em tela [alusiva às máscaras adquiridas por meio da Nota de Empenho 426/2020], até decisão de mérito desta Corte” (sublinhei).

Considerando que a resposta da SES/DF sobre a “qualidade das ‘máscaras cirúrgicas descartáveis’ fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. no âmbito do Processo SEI-GDF n.º 00060-00105182/2020-42” e sobre a “ocorrência de possível sobrepreço na aquisição

⁴ Dia em que o *Parquet* especial encaminhou o expediente em questão ao Gabinete do Relator do feito, conforme sistema e-TCDF.

⁵ Atual Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

mencionada” foi insuficiente; que as referidas máscaras encontram-se no estoque da Pasta de Saúde, inclusive com parte delas já distribuídas aos profissionais de saúde; que o TRT da 1ª Região, liminarmente, determinou o recolhimento, no prazo máximo de 5 dias, de *“todos os EPI’s inservíveis, não conformes ou inadequados”*; e que a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. não se manifestou nos autos, foi exarada a **Decisão n.º 2.604/2020** (e-DOC 105635ED-e), de 08.07.2020, com o seguinte teor:

*“I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 325/2020-G2P (e-DOC F1E95CFD-e) e documentos anexos (e-DOCs 4A8A53BE-e e 93AC10B3-e); b) do Ofício n.º 3864/2020 - SES/GAB e anexos (e-DOC C4F2735A-c); c) do Ofício n.º 409/2020-G2P (e-DOC 1FE4C436-e), que encaminhou cópia da liminar deferida, em 02.07.2020, pelo TRT da 10ª Região, no bojo da Ação Civil Pública n.º 0000607-54.2020.5.10.0019, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho – MPT “em face do DISTRITO FEDERAL e do INSTITUTO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL - IHBDF” (e-DOC A8F90532-e); II – considerar insuficientes os esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF em resposta ao item II da Decisão n.º 2.228/2020; III – com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, **conceder a medida cautelar requerida no Ofício n.º 409/2020-G2P, determinando à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que se abstenha de liquidar, pagar e/ou reconhecer a dívida referente às “máscaras cirúrgicas descartáveis” fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. no bojo do Processo n.º 00060-00105182/2020-42, no valor de R\$ 8.273.721,4, alusiva à Nota de Empenho 2020NE0426, até ulterior deliberação plenária; IV – reiterar: a) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão do item II anterior, **a determinação constante do item II da Decisão n.º 2.228/2020**, para cumprimento integral no prazo de 15 (quinze) dias, com alerta ao titular da Pasta quanto à possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso VII do art. 57 da Lei Complementar n.º 01/1994, no caso de “reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal”; b) à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. a diligência prevista no item III da Decisão n.º 2.228/2020, para atendimento, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; V – dar ciência desta decisão à i. Representante; VI – autorizar: a) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., a fim de auxiliar no cumprimento das referidas determinações; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para os devidos fins.”** (grifei)*

No dia 16.07.2020, a titular da 2ª Procuradoria do *Parquet* especial, mediante o Ofício n.º 440/2020-G2P (e-DOC AB74AC5D-e) e anexos⁶, noticiou que a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. teria solicitado a alteração da característica e objeto para MYMASCARAS (ANZU), com a entrega parcial de

⁶ e-DOCs AE24EB43-e, C01F694A-e, CABFE776-e, AE93F682-e e C0A8748B-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

1.000.000 (um milhão de máscaras)⁷, tendo o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT atestado a má qualidade dessas máscaras, sendo inapropriadas para o uso requerido.

Naquele mesmo dia, a SES/DF encaminhou, por meio do Ofício n.º 4607/2020-SES/GAB e anexos (e-DOC 1FB6022C-c), suas considerações acerca da diligência constante do item “IV-a” da Decisão n.º 2.604/2020, que reiterou a determinação constante do item II da Decisão n.º 2.228/2020.

Em 24.07.2020, foi juntada aos autos a **Representação n.º 51/2020-G2P** (e-DOC 24BFD560-e e anexos⁸), versando sobre denúncia de exigências possivelmente restritivas e/ou desnecessárias em editais para aquisição de máscaras, em virtude de não existirem as especificações requeridas em normas técnicas.

No dia 31.07.2020, a titular da 2ª Procuradoria do MPJTCDF, por meio do Ofício n.º 472/2020-G2P e anexo (e-DOCs 71DB4A25-e e B9E80308-e, respectivamente), encaminhou decisão judicial exarada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, no bojo do Agravo de Instrumento n.º 0719242-34.2020.8.07.0000, que **reconsiderou** a decisão liminar que havia determinado

“à autoridade impetrada o recebimento do lote de 1.266.733 (um milhão, duzentas e sessenta e seis mil, setecentas e trinta e três) máscaras cirúrgicas descartáveis, conforme previsão da Nota de Empenho 2020NE04261 (a nota de empenho posterior emitida em substituição à originária)”.

Em 13.08.2020, foi encaminhado o Ofício n.º 500/2020-G2P (e-DOC 2E061C8F-e) e anexos (e-DOCs 403D9E86-e e FD80D1BE-e), versando sobre denúncia relacionada com a possível aquisição de máscaras descartáveis com prejuízos aos cofres públicos.

No dia 30.09.2020, as novas representantes legais da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. ingressaram pedido⁹ de declaração de nulidade do ato de citação e abertura de novo prazo para apresentação de defesa (e-DOC AE933B6A-c).

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 86/2020 – DIASP3¹⁰, de 14.10.2020, e o *Parquet* especial, mediante o Parecer n.º 928/2020-G2P¹¹, de 27.10.2020, manifestaram-se acerca da matéria.

Em 02.11.2020, a sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., por intermédio de suas representantes legalmente constituídas, requereu (e-DOC AAE21CCC-c) devolução do **“PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA à ora PETICIONANTE, tendo início a contar da citação para tanto, de**

⁷ A quantidade empenhada foi de 2.266.773 máscaras, ao custo unitário de R\$ 3,65 e total de R\$ 8.273.721,45, conforme a Nota de Empenho 2020NE04261 (e-DOC AE93F682, Peça 51).

⁸ e-DOCs FD99966D-e, CB1DA610-e, 123BE51D-e e A5262419-e.

⁹ A empresa alegou que houve ausência de citação regular sem a devida confirmação de recebimento, pois a notificação, pelo TCDF, teria sido enviada para endereço eletrônico válido, mas não usual da referida empresa, sendo constatado pelo Setor de Informática dela que a mensagem eletrônica encaminhada teria sido lida automaticamente, mas não teria ingressado na caixa de entrada, lixo eletrônico ou spam, portanto, sem que tenha tomado ciência da Decisão 2.228/2020

¹⁰ e-DOC 7B28FBA8-e

¹¹ e-DOC C8823D1F-e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

maneira que esta possa exercer a ampla defesa e contraditório, na forma exposta na presente Petição, conforme diretriz inafastável de índole constitucional”.

O Relator do feito, mediante o Despacho Singular n.º 713/2020 – GCIM¹², de 11.11.2020, “por não vislumbrar óbices ao ora demandado, com espeque no art. 126, § 3º, do RI/TCDF”, concedeu “prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento desta deliberação monocrática, para que as representantes legais da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda e subscritoras dos peticionamentos de peças 82 e 95 encaminhem a esta Corte de Contas as considerações e manifestações acerca das situações reportadas no item III da Decisão n.º 2.228/2020” e determinou que, na sequência, fosse feita “a remessa dos autos à Seasp/TCDF para reinstrução dos autos em cotejo com eventuais esclarecimentos da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda que venham a ingressar neste feito”.

Em 03.12.2020, deu entrada nesta Casa a manifestação subscrita pelas patronas da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. (e-DOC 2D8F6049-e).

Houve, então, a reinstrução do feito, com novo pronunciamento da unidade instrutiva (Informação n.º 12/2021 – DIASP3¹³, de 24.03.2021) e do MPjTCDF (Parecer n.º 233/2021-G2P¹⁴, de 19.04.2021).

No dia 03.05.2021, foi protocolado pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. o expediente de e-DOC AEB29CA9-e, contendo “*elementos adicionais em razão de fatos novos*”.

Na Sessão Ordinária n.º 5.253, de 12.05.2021, o Tribunal prolatou, por unanimidade¹⁵, a **Decisão n.º 1.753/2021** (e-DOC 58601364-e), transcrita a seguir:

*“I. **tomar conhecimento:** a) do Ofício n.º 440/2020-G2P (e-DOC AB74AC5D-e) e anexos (e-DOCs AE24EB43-e, C01F694A-e, CABFE776-e, AE93F682-e e C0A8748B-e); b) do Ofício n.º 4607/2020-SES/GAB e anexos (e-DOC 1FB6022C-c), em atendimento à diligência constante do item “IV-a” da Decisão n.º 2.604/2020, que reiterou a determinação constante do item II da Decisão n.º 2.228/2020; c) da **Representação n.º 51/2020-G2P** (e-DOC 24BFD560-e) e anexos (e-DOCs FD99966D-e, CB1DA610-e, 123BE51D-e e A5262419-e), oriunda do Ministério Público junto ao Tribunal - MPjTCDF, versando sobre denúncia de exigências possivelmente restritivas e/ou desnecessárias em editais para aquisição de máscaras, em virtude de não existirem as especificações requeridas em normas técnicas, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF; d) do Ofício n.º 472/2020-G2P e anexo (e-DOCs 71DB4A25-e e B9E80308-e, respectivamente), que encaminhou a decisão judicial exarada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, no*

¹² e-DOC B3145E6B-e

¹³ e-DOC 50CB2946-e

¹⁴ e-DOC 10AF1569-e

¹⁵ Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro PAULO TADEU. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPjTCDF, Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 46D88CBE
Proc 00600-00002174/2020-91-e

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

Agravo de Instrumento n.º 0719242-34.2020.8.07.0000; e) do Ofício n.º 500/2020-G2P (e-DOC 2E061C8F-e) e anexos (eDOCs 403D9E86-e e FD80D1BE-e), versando sobre denúncia relacionada com a possível aquisição de máscaras descartáveis, com prejuízos aos cofres públicos; f) da Informação n.º 86/2020 – DIASP3 (e-DOC 7B28FBA8-e); g) do Parecer n.º 928/2020-G2P (e-DOC C8823D1Fe); h) do expediente encaminhado pela representante legal da sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. (e-DOC 2D8F6049-e), em atendimento ao item III da Decisão n.º 2.228/2020, reiterado pelo item IV.b da Decisão n.º 2.604/2020; i) da Informação n.º 12/2021 – DIASP3 (e-DOC 50CB2946-e); j) do Parecer n.º 233/2021-G2P (eDOC 10AF1569-e); k) da segunda parte do Processo SEI n.º 00060-00105182/2020-42 (associado aos autos); l) do expediente protocolado pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., em 03.05.2020, contendo “elementos adicionais em razão de fatos novos” (eDOC AEB29CA9-e); **II. manter a medida cautelar deferida pelo item III da Decisão n.º 2.604/2020, a qual determinou à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que se abstivesse de liquidar, pagar e/ou reconhecer a dívida referente às máscaras cirúrgicas descartáveis fornecidas pela sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., no Processo n.º 00060-00105182/2020-42, no valor de R\$ 8.273.721,45, alusiva à Nota de Empenho 2020NE04261; III. determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias: a) informe, no que tange à entrega realizada no dia 19.05.2020, quantas máscaras foram devolvidas à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. e se ainda há algum produto no estoque da Pasta, passível de ser enviado de volta à Contratada, devendo encaminhar documentos comprobatórios capazes de demonstrar suas alegações; b) apresente manifestação acerca das considerações expendidas no relatório/voto do Relator; **IV. conceder prazo de 15 (quinze) dias para que a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., caso seja de seu interesse:** a) informe, no que tange à entrega realizada no dia 19.05.2020, quantas máscaras foram devolvidas pela SES/DF, devendo encaminhar documentos comprobatórios capazes de demonstrar suas alegações; b) comprove que as máscaras entregues no dia 19.05.2020 (da marca MY MÁSCARAS/ANZU) possuem registro na Anvisa, encaminhando cópia autenticada do Certificado de Registro de Produto em plena validade, conforme exigência preconizada no item 6.6 do Projeto Básico; c) encaminhe cópia do laudo elaborado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA (mencionado no expediente protocolado em 03.05.2020, de e-DOC AEB29CA9-e) ou de outros documentos/pareceres/ensaios isentos que julgar necessário, de modo a evidenciar que as máscaras entregues atenderam integralmente às especificações constantes do Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG e respectivo Projeto Básico (notadamente, que o material filtrante da máscara possui eficiência superior a 95% para partículas de 3,2 µm); d) apresente manifestação acerca das considerações expendidas no relatório/voto do Relator; **V. em razão do item “I-c” anterior, determinar:** a) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, com relação aos Processos nºs SEI 00060-00194015/2020-68 e 00060-00105182/2020-42: 1. manifeste-se**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

quanto à especificação das máscaras cirúrgicas descartáveis preverem elemento filtrante com eficiência superior a 95% (noventa e cinco por cento) para partículas de 3,2µm, a despeito de a norma da ABNT NBR 15052:2004 determinar que a eficiência de filtração deve ser maior ou igual a 98% (noventa e oito por cento), utilizando-se partículas de 0,1 µm (um décimo de micrômetro); 2. informe se as máscaras cirúrgicas entregues em decorrência das aquisições realizadas (exceto em relação aos produtos fornecidos pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda.) atendem à NBR 15052:2004, a despeito da possível falha na especificação; 3. na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, conceda permissão para acesso externo ao Processo SEI n.º 00060-00194015/2020-68 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias; b) à Fundação Hemocentro de Brasília – FHB que, com relação ao Processo SEI n.º 00063-00002004/2020-86: 1. manifeste-se quanto à especificação das máscaras cirúrgicas descartáveis preverem elemento filtrante com eficiência superior a 95% (noventa e cinco por cento) para partículas de 3,2µm, a despeito de a norma da ABNT NBR 15052:2004 determinar que a eficiência de filtração deve ser maior ou igual a 98% (noventa e oito por cento), utilizando-se partículas de 0,1 µm (um décimo de micrômetro); 2. informe se as máscaras cirúrgicas entregues em decorrência da aquisição realizada atendem à NBR 15052:2004, a despeito da possível falha na especificação; 3. na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, conceda permissão para acesso externo ao Processo SEI n.º 00063-00002004/2020-86 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias; c) ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF que, com relação ao Processo SEI n.º 04016-00017735/2020-14: 1. manifeste-se quanto à especificação das máscaras cirúrgicas descartáveis preverem elemento filtrante com eficiência superior a 95% (noventa e cinco por cento) para partículas de 3,2µm, a despeito de a norma da ABNT NBR 15052:2004 determinar que a eficiência de filtração deve ser maior ou igual a 98% (noventa e oito por cento), utilizando-se partículas de 0,1 µm. (um décimo de micrômetro); 2. informe se as máscaras cirúrgicas entregues em decorrência da aquisição realizada atendem à NBR 15052:2004, a despeito da possível falha na especificação; 3. manifeste-se acerca dos preços unitários das máscaras cirúrgicas descartáveis adquiridas no processo citado no item “VI.a”, por apresentarem valores acima daquele indicado nos parágrafos 74/76 da Informação n.º 86/2020; 4. na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, conceda permissão para acesso externo ao Processo SEI n.º 04016- 00017735/2020-14 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias; d) à SES/DF, à FHB e ao IGESDF que encaminhem a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, as informações relativas às determinações constantes nas alíneas “a”, “b” e “c” anteriores, acompanhadas da íntegra de todos os documentos referenciados em sua manifestação,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), por meio do Barramento de Serviços, ou da indicação do número verificador desses documentos (número do SEI) e os respectivos códigos CRC, a fim de viabilizar o acesso do inteiro teor por meio das ferramentas de consulta públicas já disponíveis; VI. dar ciência desta decisão à signatária das Representações n.ºs 24/2020 – CF e 51/2020-G2P; VII. autorizar: a) a **instauração de autos apartados para tratar da Representação n.º 51/2020-G2P, devendo ser promovido o desentranhamento das peças alusivas à aludida exordial, para juntada naquele feito, bem como de cópia da Informação n.º 86/2020 – DIASP3 (que contemplou a análise de admissibilidade da exordial), do relatório/voto do Relator e desta decisão**; b) o envio de cópia do relatório/voto do relator e desta decisão à SES/DF, à FHB, ao IGESDF e à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., por intermédio de suas representantes legais, para auxiliar no cumprimento das diligências em apreço; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para os devidos fins.” (grifei)

No dia 09.06.2021, a SES/DF requereu (e-DOC 70691565-c) prorrogação de prazo, por 30 dias, para cumprimento ao deliberado na Decisão n.º 1.753/2021. O pedido foi concedido parcialmente (dilação de 15 dias), por meio do Despacho Singular n.º 393/2021 – GCIM¹⁶, de 10.06.2021.

Em atendimento à Decisão n.º 1.753/2021, foram juntados aos autos os seguintes expedientes:

- manifestação da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., mediante representante legal (e-DOC C53F6EFE-e e documentos anexos¹⁷); e
- Ofícios n.ºs 5343/2021 - SES/GAB, 6436/2021 - SES/GAB e 6514/2021 - SES/GAB e documentos anexos (e-DOCs 70691565-c, 27412169-c e 97193E8F-c, respectivamente).

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A unidade instrutiva, por meio da **Informação n.º 63/2021 – DIASP3** (e-DOC 6B1191BB-e), após contextualizar a matéria, manifestou-se da seguinte forma:

“30. (...) nesta fase processual analisam-se os esclarecimentos prestados em atenção aos itens III e IV da Decisão 1.753/2021, que tratam da Representação 24/2020-CF.

31. Ressalta-se que as determinações constantes do item V dizem respeito à Representação 51/2020-G2P, tratada em autos apartados, conforme autorizado pelo item VII da supracitada Decisão 1.753/2021.

32. Para melhor compreensão, esta Instrução está dividida em quesitos a serem esclarecidos, dispostos nos tópicos a seguir, conforme suscitado pelo Conselheiro-Relator em seu Voto (e-DOC

¹⁶ e-DOC 3E79D496-e

¹⁷ Peças 133/139.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

2092A54C, Peça 120, fl. 44 e seguintes), a fim de o Tribunal firmar convicção acerca do mérito da Representação 24/2020-CF.

I. Suposta baixa qualidade das máscaras fornecidas pela sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda.

33. O ponto fulcral deste tópico reside em duas questões a serem esclarecidas: **(i)** houve especificação inadequada do Ofício 371/2020 e respectivo projeto básico, que fizeram publicizar a Dispensa de Licitação 15/2020? **(ii)** houve inobservância da contratada às disposições editalícias quanto à apresentação de certificado de registro do produto na Anvisa e quanto à eficiência de filtragem das máscaras superior a 95% para partículas de 3,2 µm?

34. Para o fim desse desiderato, o Tribunal determinou à SES/DF que apresentasse manifestação acerca das considerações expendidas no Relatório/Voto do Relator (item III.b da Decisão 1.753/2021), bem como quanto ao fato de a especificação das máscaras cirúrgicas descartáveis prever elemento filtrante com eficiência superior a 95% (noventa e cinco por cento) para partículas de 3,2µm, a despeito de a norma da ABNT NBR 15052:2004 determinar que a eficiência de filtração deve ser maior ou igual a 98% (noventa e oito por cento), utilizando-se partículas de 0,1 µm. (item V.a.1 da Decisão 1.753/2021)¹⁸.

35. Ainda, oportunizou, caso fosse do interesse, à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. que:

- comprovasse que as máscaras entregues no dia 19/05/2020 (da marca MY MÁSCARAS/ANZU) possuem registro na Anvisa, encaminhando cópia autenticada do Certificado de Registro de Produto em plena validade, conforme exigência preconizada no item 6.6 do Projeto Básico. (item IV.b da Decisão 1.753/2021);
- encaminhasse cópia do laudo elaborado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), mencionado no expediente protocolado em 03/05/2020 (e-DOC AEB29CA9-e, Peça 118) ou de outros documentos/pareceres/ensaios isentos que julgar necessário, de modo a evidenciar que as máscaras entregues atenderam integralmente às especificações constantes do Ofício 371/2020 - SES/SUAG e respectivo Projeto Básico, notadamente, que o material filtrante da máscara possui eficiência superior a 95% para partículas de 3,2 µm. (item IV.c da Decisão 1.753/2021).

36. Em resposta, mediante o Despacho SES/SUGEP/COAP/DIAP/GSHMT, a SES/DF afirmou que o descritivo da máscara cirúrgica descartável, inserido no projeto básico que deu origem à Dispensa de Licitação 15/2020, encontra-se em catálogo próprio, extraído do Sistema Alphalinc, código 91574, ativo no sistema de logística, previamente padronizado, elaborado antes da publicação da Resolução RDC 356/2020 e da Nota Técnica

¹⁸ Em que pese o item V referir-se à Representação 51/2020-G2P, tratada em autos apartados, aproveita-se essa diligência nestes autos por guardar relação com o tópico em análise.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

GVIMS/GGTES 04/2020, todos da Anvisa (e-DOC 27412169, Peça 146, fl. 111).

37. Argumentou que, apesar de o descritivo utilizado pela SES/DF não apresentar texto idêntico aos dos normativos da Anvisa, as redações seriam convergentes em inúmeros aspectos, tais como descritos no despacho (e-DOC 27412169, Peça 146, fls. 111/112).

38. A Techmedical Ltda. apontou que, conforme art. 2º da Resolução RDC 356/2020 da Anvisa, o produto era isento de registro à época dos fatos. Em razão disso, não apresentou o Certificado de Registro de Produto em plena validade (e-DOC C53F6EFE, Peça 140, fl. 7).

39. Quanto ao atendimento das especificações do edital, a empresa apresentou o Relatório Circunstanciado LPP-ITA 02/2021, que atesta que as máscaras entregues teriam atendido às especificações do projeto básico quanto à eficiência de filtragem superior a 95%, para partículas de 3,2 µm (e-DOC C53F6EFE, Peça 140, fl. 7).

40. Segundo o relatório produzido pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), as conclusões do estudo da eficiência de filtragem de partículas de 3,2 µm, em máscaras faciais de Tecido-Não-Tecido (TNT), foram:

“O presente estudo apresenta o desenvolvimento e a utilização prática de um método matemático para estimar a eficiência de filtragem para partículas de 3,2 µm de diâmetro a partir da extrapolação de dados de eficiência de filtragem para partículas de 0,1 µm de diâmetro, utilizando a análise da porosidade de máscaras de TNT por imagens de MEV.

Como esperado, os valores obtidos para a eficiência de filtragem de partículas de 3,2 µm de diâmetro são superiores aos valores medidos experimentalmente para eficiência de filtragem de partículas com 0,1 µm de diâmetro. Para a máscara da marca ANZU analisada neste relatório, a eficiência de filtragem para partículas de 3,2 µm obtida pelo método da extrapolação é de 96% comparado aos 93% de eficiência de filtragem obtido experimentalmente para partículas de 0,1 µm.

O valor de 96% obtido para a eficiência de filtragem para partículas de 3,2 µm está em pleno acordo com os valores de eficiência de filtragem reportados na literatura recente para o tipo de máscara analisado. Esta corroboração de resultados atesta a solidez e a confiabilidade da metodologia de análise desenvolvida e empregada neste estudo para a extrapolação da eficiência de filtragem de máscaras para partículas de maior dimensão quando é fornecido o valor da eficiência de filtragem obtida por medida experimental para partículas de dimensões menores.” (e-DOC 1C192DF3, Peça 135, fl. 11).

I.1 Análise

41. De início, esclarece-se que, segundo a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 15052:2004¹⁹, a máscara cirúrgica descartável deve ser fabricada em material Tecido-

¹⁹ Documento associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

Não-Tecido (TNT), sem fibra de vidro e livre de odores, possuir no mínimo uma camada interna e uma camada externa e, obrigatoriamente, um elemento filtrante, além de cobrir adequadamente a área do nariz e da boca do usuário, possuir um clipe nasal de material maleável que permita o ajuste adequado do contorno do nariz e das bochechas.

42. O elemento filtrante deve possuir Eficiência de Filtragem de Partículas (EFP) igual ou superior a 98%, para partículas de 0,105 µm, e Eficiência de Filtragem Bacteriológica (BFE) igual ou maior do que 95%. Esses índices de qualificação garantem a eficiência do material na retenção da passagem de partículas e de bactérias, respectivamente.

43. De acordo com o Anexo A da ABNT NBR 15052:2004, o método para determinação da EFP de uma máscara cirúrgica consiste em submetê-la a uma taxa de transferência de fluxo de partículas de látex (poliestireno) nebulizadas e secas de 0,105 µm. As partículas que passarem através da máscara são contadas usando um contador de partículas a laser.

*44. Quanto à BFE, o método para determinação, consoante o Anexo B da ABNT NBR 15052:2004, consiste em bombear uma concentração de cultura, na forma líquida, da bactéria *Staphylococcus aureus* pela máscara cirúrgica. O ar, com alta velocidade, cria pequenas gotículas que são coletadas e determina-se o número de gotículas que passam através da máscara para cálculo do percentual de eficiência de filtragem.*

45. Quando o material for submetido a ensaios e obtiver percentual de EFP menor do que 98% e de BFE menor do que 95%, será considerado rejeitado, segundo a ABNT NBR 15052:2004.

46. O Ofício 371/2020 e o anexo Projeto Básico, que publicizaram a Dispensa de Licitação 15/2020, trouxeram a seguinte especificação para a máscara cirúrgica descartável:

“MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL. Aplicação: proteção de vias aéreas, para uso em serviços de saúde. Composição: Máscara em tecido não tecido (TNT) a base de polipropileno, em três camadas, com elemento filtrante e eficiência superior a 95% para partículas de 3,2µm, clipe nasal embutido não perfurante, sem memória, com tiras ajustáveis de amarrar. Tamanho: mínimo 17cmx17cm aberta. Processo de esterilização: não estéril. Forma de apresentação: Unidade (UN).” (e-DOC 1160974D, Peça 9, fls. 132 e 539).

47. A especificação quanto à Eficiência de Filtragem de Partículas (EFP) requereu percentual superior a 95%, em desconformidade com a norma da ABNT, que prevê índice igual ou superior a 98%, para a filtragem de partículas de 0,105 µm.

48. A resposta da SES/DF confirmou a não conformidade da especificação editalícia com a norma ao reproduzir os termos da especificação considerando a EFP superior a 95%, em contrariedade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

às normas transcritas pela própria SES/DF²⁰ que preveem a EFP igual ou superior a 98% (e-DOC 27412169, Peça 146, fls. 111/112).

49. Ademais, a SES/DF alegou que os textos descritivos são convergentes em inúmeros aspectos, apesar de não serem idênticos. A especificação da máscara cirúrgica descartável não é convergente com as normas descritas por não exigir dos licitantes que as máscaras cirúrgicas descartáveis tivessem Eficiência de Filtragem Bacteriológica (BFE) igual ou superior a 95%.

50. Percebe-se, pois, que o catálogo descritivo da máscara cirúrgica descartável, extraído do Sistema Alphalinc, código 91574, acha-se desatualizado, uma vez que o índice de qualificação EFP consta como superior a 95%, ao invés de igual ou superior a 98%, e há omissão quanto ao índice BFE no referido catálogo.

51. Isso acarretou a aquisição de máscaras sem a observância dos preceitos da ABNT NBR 15052:2004 ao exigir diâmetro de 3,2 µm, isto é 3.100% superior ao previsto na mencionada Norma, o que permitiu a compra de máscaras incapazes de filtrar partículas de 0,105 µm.

52. Noutro passo, o estudo técnico produzido pelo ITA, encaminhado pela Techmedical Ltda., o qual, por meio de modelo matemático, estimou a eficiência de filtragem para partículas de 3,2 µm de diâmetro, em modelo de máscara facial da marca ANZU, a mesma fornecida à SES/DF, apresentou o índice EFP igual a 96%, abaixo do índice definido pela ABNT NBR 15052:2004, porém dentro das especificações editalícias constantes do Ofício 371/2020 e respectivo projeto básico que estipularam o EFP superior a 95%.

53. A alegação da Techmedical Ltda. de que o produto era isento de registro à época dos fatos, baseado no art. 2º da Resolução RDC 356/2020 da Anvisa, não se mostra razoável, como bem explicitado no Voto do i. Relator, uma vez que a dispensa excepcional decorrente da Resolução RDC 356/2020 da Anvisa veio associada à necessidade de as máscaras cirúrgicas atenderem aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 15052:2004 (e-DOC 2092A54C, Peça 120, fl. 66).

54. A publicação da Resolução RDC 356/2020 da Anvisa ocorreu em 23/03/2020. A publicação do aviso de dispensa de licitação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) ocorreu em edição extra nº 38-B, p. 6, em 25/03/2020, sem a menção da citada RDC no Ofício 371/2020 e respectivo projeto básico.

55. Assim, entende-se que a empresa Techmedical Ltda. deveria ter comprovado que as máscaras entregues possuem registro junto à Anvisa, conforme exigência preconizada no item 6.6 do Projeto Básico (e-DOC 1160974D, Peça 9, fl. 132). Ainda que a Resolução RDC 356/2020 fosse contemplada nas especificações do Ofício 371/2020, haveria a necessidade de as máscaras cirúrgicas descartáveis atenderem aos requisitos estabelecidos na Norma ABNT NBR 15052:2004.

²⁰ Resolução RDC 356/2020 da Anvisa e Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA 04/2020.



56. *Considera-se, pois, que a suposta baixa qualidade das máscaras cirúrgicas descartáveis, fornecidas pela sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., foi motivada por inadequações e omissões na especificação elaborada pela Pasta de Saúde, e por falha da empresa contratada por não ter apresentado o certificado de registro junto à Anvisa e ter fornecido o insumo com eficiência de filtração de partículas de 96%, inferior ao definido pelo órgão regulador, mas dentro das inadequadas especificações editalícias.*

57. *Em suma, embora a SES/DF tenha especificado o material de forma inadequada, foi exigido o Certificado de Registro de Produto na Anvisa. Visto que o fornecedor não apresentou tal certificado, haveria a necessidade de atendimento da multicitada Norma ABNT NBR 15052:2004, por força do art. 2º da Resolução RDC 356/2020 da Anvisa.*

58. *Ademais, a descrição do produto apresentou as características mínimas a serem observadas pelas empresas, não havendo impedimento para fornecer um produto superior ao que foi descrito. Assim, se a SES/DF exigiu que a máscara devia filtrar partículas de 3,2 µm de diâmetro, o fornecedor poderia oferecer um produto que filtrasse partículas inferiores a 3,2 µm de diâmetro, tendendo a adequar-se ao exigido pela Norma da ABNT, que prevê eficiência de filtração de 0,105 µm.*

59. *Ressalta-se que os temas sobre especificação de máscaras cirúrgicas descartáveis em desacordo com as normas e sobre possível sobrepreço são tratados no bojo da Representação 51/2020-G2P (e-DOC 24BFD560, Peça 63), Processo 00600-00008103/2021-82.*

60. *Assim, adiantando-se ao mérito da citada Representação e por racionalidade processual, sugere-se determinar à SES/DF a adequação da especificação da máscara cirúrgica descartável, constante do catálogo descritivo do Sistema Alphalinc, sob o código 91574, aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 15052:2004, quanto à Eficiência de Filtração de Partículas (EFP) igual ou superior a 98%, para partículas de 0,105 µm, e à Eficiência de Filtração Bacteriológica (BFE) igual ou superior a 95%.*

61. *Quanto a eventual pagamento pelas máscaras fornecidas pela empresa Techmedical Ltda., entende-se não ser devido em consonância com o entendimento do i. Relator (e-DOC 2092A54C, Peça 120, fl. 66), uma vez que não foram observadas, na íntegra, as especificações do Ofício 371/2020 e respectivo Projeto Básico, notadamente a falta de apresentação do Certificado de Registro de Produto em plena validade.*

62. *Apesar da comprovação da eficiência de filtração superior a 95% para partículas de 3,2 µm, mediante estudo do ITA, o material fornecido pela Techmedical Ltda. está em desacordo com o estabelecido no instrumento convocatório, ponderando-se o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, configurando descumprimento integral do contrato e isentando a Administração da obrigação de indenizar, sem que isso configure enriquecimento sem causa. Isso porque o parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/1993*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

estatui que a Administração deve indenizar o contratado “pelo que este houver executado até a data em que ela [a nulidade] for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável”. No caso, a nulidade contratual é imputável à sociedade empresária, haja vista que, como já exposto, a flexibilização das exigências de registro na Anvisa veio acompanhada de contrapartidas para garantir a qualidade do produto, qual seja, o atendimento dos requisitos de eficiência de filtragem estabelecidos na ABNT NRB 15052:2004, o que não foi observado pela empresa.

63. *Por fim, devem ser considerados atendidos os esclarecimentos prestados em atenção aos itens III.b e IV.c da Decisão 1.753/2021. Considera-se não cumprido o item IV.b da mesma decisão.*

II. Quantidade de máscaras efetivamente entregues pela Techmedical Ltda.

64. *Segundo consta da Informação 86/2020-DIASP3 (e-DOC 7B28FBA8, Peça 83, fl. 9), a qual analisou manifestação anterior da SES/DF, foi informado que, após o recebimento parcial, em 19/05/2020, de 1.000.000 (um milhão) de máscaras descartáveis, estas foram reprovadas pela Gerência de Hotelaria em Saúde (GHS), conforme o Parecer Técnico 98/2020-SES/SINFRA/DIAOP/GHS, de 03/07/2020, (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fls. 4 e 18/25), e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), entidade parceira do Ministério Público do Trabalho (MPT) em iniciativas que visam o combate à Covid-19, consoante o Parecer Técnico 21 200-301, de 01/07/2020 (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fls. 36/51).*

65. *Ainda segundo a Informação 86/2020-DIASP3, em 07/07/2020, a SES/DF foi notificada da medida liminar dada nos autos do Mandado de Segurança 0703813-70.2020.8.07.0018, que compeliu o Jurisdicionado a receber 1.266.773 (um milhão, duzentas e sessenta e seis mil e setecentos e setenta e três) máscaras cirúrgicas descartáveis remanescentes, conforme previsto na Nota de Empenho 2020NE04261, cujo recebimento teria sido recusado por entrega fora do prazo (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fl. 4, e-DOC B9E80308, Peça 69, fl. 1).*

66. *Mediante o Despacho SES/SINFRA/DIAOP/GHS, de 10/07/2020, (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fls. 32/33), mais uma vez as máscaras descartáveis, entregues por força da liminar, foram reprovadas.*

67. *Assim, em virtude de as máscaras serem consideradas inservíveis pelos profissionais de saúde, pacientes e seus acompanhantes, a SES/DF informou que essas foram segregadas em almoxarifado e não distribuídas, tendo a empresa fornecedora sido notificada a retirar o material em 10 (dez) dias (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fls. 4 e 27/28).*

68. *Na petição protocolada pelas representantes legais em 10/11/2020 (e-DOC AAE21CCC, Peça 95, fls. 4/5) estas afirmaram que há produtos recebidos, atestados e efetivamente utilizados pela SES/DF referentes à primeira entrega, mas não pagos ao fornecedor.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

69. Em consulta às peças atualizadas do processo administrativo de aquisição das máscaras descartáveis, verificou-se a Notificação 6/2020, destinada à Techmedical Ltda., na qual foi concedido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para manifestação e 10 (dez) dias para a substituição do material considerado reprovado para uso por profissionais da assistência à saúde (Processo SEI 00060-00105182/2020-42 – arquivo associado aos autos, fl. 105).

70. Verificou-se que a segunda remessa, com 1.266.773 (um milhão, duzentas e sessenta e seis mil e setecentos e setenta e três) máscaras cirúrgicas descartáveis, também foi rejeitada e a empresa foi comunicada, conforme a Notificação 7/2020, tendo os materiais sido recolhidos na totalidade (Processo SEI 00060-00105182/2020-42 – arquivo associado aos autos, fls. 141/142 e 558).

71. Conforme Despacho da Diretoria de Logística (DLOG), de 22/10/2020, há informação de que, da primeira remessa, apenas 53.600 (cinquenta e três mil e seiscentos) unidades haviam sido distribuídas, restando, portanto, 946.400 (novecentos e quarenta e seis mil e quatrocentos) unidades para recolhimento pelo fornecedor, tendo este sido notificado por meio do Ofício 122/2020-SAG, de 05/11/2020 (Processo SEI 00060-00105182/2020-42 – arquivo associado aos autos, fls. 708/709 e 726/727).

72. Segundo alegado pela Techmedical Ltda., teriam ocorrido duas remessas de máscaras, sendo que a primeira, com 1.000.000 (um milhão) de unidades, teria sido completamente consumida pela SES/DF, ao passo que a segunda teria sido recolhida pela empresa (e-DOC AAE21CCC, Peça 95, fls. 4/5).

73. Em razão da divergência de informações quanto ao consumo das unidades entregues na primeira oportunidade, ou seja, 1.000.000 (um milhão) de máscaras cirúrgicas descartáveis, em 19/05/2020, o i. Relator propôs ao eg. Plenário que as partes envolvidas se manifestem e comprovem suas alegações alusivas à devolução e/ou consumo dos produtos entregues (e-DOC 2092A54C, Peça 120, fls. 65/66).

74. Assim, mediante o item III.a da Decisão 1.753/2021, o Tribunal determinou à SES/DF informar, no que tange à entrega realizada no dia 19/05/2020, quantas máscaras foram devolvidas à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. e se ainda há algum produto no estoque da Pasta, passível de ser enviado de volta à Contratada, devendo encaminhar documentos comprobatórios capazes de demonstrar suas alegações.

75. Ainda, a Corte de Contas concedeu prazo de 15 (quinze) dias para que a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., caso fosse de seu interesse (e-DOC 58601364, Peça 121):

- informasse, no que tange à entrega realizada no dia 19/05/2020, quantas máscaras foram devolvidas pela SES/DF, devendo encaminhar documentos comprobatórios capazes de demonstrar suas alegações. (item IV.a da Decisão 1.753/2021);



- apresentasse manifestação acerca das considerações expendidas no relatório/voto do Relator. (item IV.d da Decisão 1.753/2021).

76. Em atenção à citada decisão, a SES/DF informou que, embora a empresa tenha sido notificada a substituir ou recolher o material devido à sua qualidade insuficiente para proteção dos profissionais de saúde, houve a distribuição e consumo pelas Unidades de Saúde de 53.600 máscaras, restando a quantidade remanescente de 946.400 máscaras cirúrgicas descartáveis (e-DOC 27412169, Peça 146, fl. 68).

77. Para fazer prova, encaminhou os seguintes registros fotográficos providenciados pela Gerência de Almocharifado Central, que ainda afirmou não ter havido nenhum recolhimento de máscaras pela Techmedical, além daquele registrado em 21/08/2020, referente à segunda entrega de 1.266.773 unidades²¹ (e-DOC 27412169, Peça 146, fls. 71/74).

Figura 1



²¹ Fl. 558 do Processo SEI 00060-00105182/2020 Parte 2, associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

Figura 2

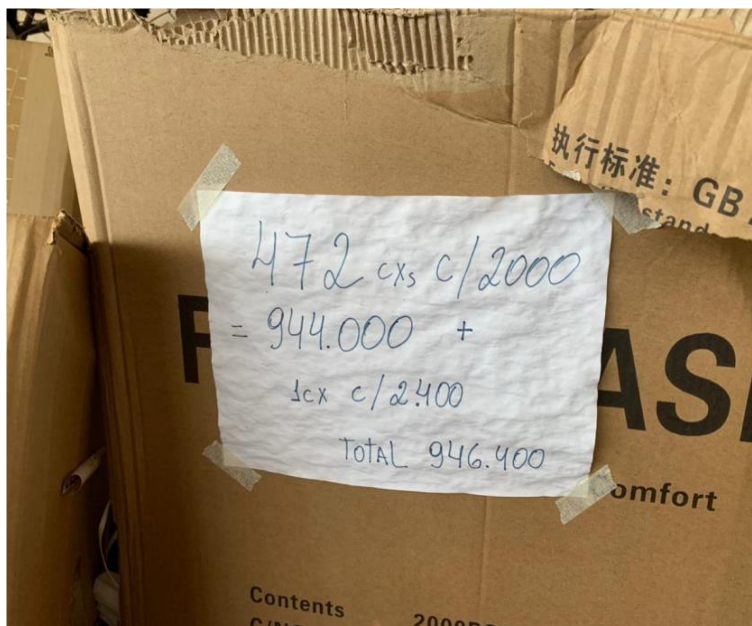


Figura 3



78. Na manifestação protocolada em 07/06/2021, os representantes legais da Techmedical Ltda. relataram a cronologia das entregas e devoluções das máscaras, argumentando que as recusas da SES/DF, em vários momentos, se deram por “questões meramente burocráticas”, tais como falta de agendamento prévio para entrega, erro formal em Nota Fiscal, fornecimento fora do prazo e entrega parcial (e-DOC C53F6EFE, Peça 140, fls. 3/7).

79. Sobre a primeira entrega de 1.000.000 (um milhão) de máscaras, objeto da diligência constante do item IV.a da Decisão 1.753/2021, aduziram o seguinte (e-DOC C53F6EFE, Peça 140, fls. 9/10):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

“No que toca à comprovação do número de máscaras efetivamente utilizadas/consumidas pela SES/DF, não se demonstra possível que a MANIFESTANTE cumpra tal exigência, posto que é impossível para a MANIFESTANTE aferir o consumo das máscaras por parte da SES/DF. Cabe, em verdade, à Administração informar a quantidade de máscaras efetivamente utilizadas, posto que, uma vez entregues à Administração, a ora MANIFESTANTE não tem qualquer controle ou conhecimento sobre a distribuição interna feita por aquela Secretaria.”

80. Relativamente ao item IV.d da Decisão 1.753/2021, os representantes legais trouxeram informações acerca do andamento do processo judicial envolvendo a entrega das máscaras.

81. Afirmaram que, no bojo do Agravo de Instrumento, sobreveio a decisão de obrigar a SES/DF a receber as máscaras da Techmedical Ltda. relativas à segunda remessa de 1.266.733 unidades (e-DOC 07ACA9EF, Peça 137).

82. Assim, no dia 08/07/2020, a Techmedical Ltda. efetuou a entrega das máscaras, conforme a Nota Fiscal 000160135 (e-DOC 0D0C27D3, Peça 139), tendo sido rejeitada pela SES/DF sob alegação de falta de qualidade (e-DOCs AE54ABE9 e 7222AFFA, Peças 133 e 136, respectivamente).

83. Ao fim da manifestação, requereram (e-DOC C53F6EFE, Peça 140, fl. 10):

*“a) **ACOLHER** os argumentos dessa Manifestação em adição àqueles tecidos nos Elementos Adicionais apresentados por meio do e-DOC AEB29CA9-e;*

*b) **MANDAR INTIMAR** a SES/DF para que apresente os elementos necessários a esclarecer, da parte dela, a utilização/destinação das máscaras que lhe foram entregues; e, a partir disso*

*c) **DETERMINAR** à Unidade Técnica que REINSTRUA o feito, analisando estes novos fatos e argumentos; e, ao final, para*

*d) **ISENTAR** a ora PETICIONANTE, ao fim e ao cabo, de qualquer reponsabilidade quanto às ocorrências de que padece até o momento, notadamente em face das provas apresentadas nos autos, que demonstram a qualidade tecnicamente atestada das máscaras e a ausência de sobrepreço, tendo vista as razões indicadas, inclusive considerando a decisão judicial que já trata do assunto;*

*e) **DETERMINAR**, ato contínuo, a liberação dos repasses à ora PETICIONANTE, tendo em vista a inexistência de qualquer irregularidade;*

*f) **MANDAR ARQUIVAR** destes autos em relação a ela.”*
(Destaques do original).

II.1 Análise

84. A oportunidade dada pelo Tribunal à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. para manifestar-se nos autos cingiu-se a informar quantas máscaras foram devolvidas pela SES/DF relativas à entrega realizada no dia 19/05/2020, com documentos comprobatórios capazes de demonstrar suas alegações,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

bem como acerca de outras considerações expendidas no relatório/voto do Relator.

85. *Não custa relembrar que, como já destacado na Informação 86/2020-DIASP3 (e-DOC 7B28FBA8, Peça 83, fl. 9), a qual analisou a manifestação da SES/DF, foi informado que, após o recebimento parcial, em 19/05/2020, de 1.000.000 (um milhão) de máscaras descartáveis, estas foram reprovadas pela Gerência de Hotelaria em Saúde (GHS), conforme o Parecer Técnico 98/2020-SES/SINFRA/DIAOP/GHS, de 03/07/2020, (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fls. 4 e 18/25), e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), entidade parceira do Ministério Público do Trabalho (MPT) em iniciativas que visam o combate à Covid-19, consoante o Parecer Técnico 21 200-301, de 01/07/2020 (e-DOC 1FB6022C, Peça 57, fls. 36/51).*

86. *Por outro lado, a Techmedical aduziu que teria cumprido as especificações definidas no Projeto Básico, integrante do instrumento convocatório, e que, após a entrega do primeiro lote, a SES/DF recusou os produtos com base em pareceres que teriam acrescentado exigências não constantes do edital, tais como especificações contidas na norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), denominada ABNT NBR 15052, consideradas rigorosas, em comparação às exigências básicas e genéricas previstas no Projeto Básico (e-DOC 2D8F6049, Peça 103, fls. 1/20). Assim, alegou que a postura da SES/DF afrontaria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao inserir norma não prevista em edital como justificativa para a recusa dos produtos entregues, o que afastaria a responsabilidade do fornecedor (e-DOC 2D8F6049, Peça 103, fls. 1/20).*

87. *Pelos registros fotográficos encaminhados, fica esclarecida a questão da quantidade de máscaras cirúrgicas descartáveis fornecidas pela Techmedical Ltda. ainda em estoque no Almoxarifado Central da SES/DF e não recolhidas pelo fornecedor.*

88. *Pelo volume dos produtos (Figura 1), pela informação constante em uma das embalagens de que há 472 caixas com 2.000 unidades, totalizando 944.000 unidades, mais uma caixa com 2.400 unidades, perfazendo um total geral de 946.400 máscaras (Figura 2), e pela comprovação de se tratar de produto fornecido pelo fabricante ANZU Confecções Ltda. (Figura 3), pode-se considerar que as máscaras não foram consumidas integralmente e que quantidade remanescente é a afirmada pela SES/DF.*

89. *Assim, sugere-se determinar à SES/DF que reitere a notificação à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. para que faça a imediata retirada das 946.400 máscaras cirúrgicas descartáveis, reprovadas por qualidade insuficiente para proteção dos profissionais de saúde, encaminhando a esta Corte de Contas o Recibo de Retirada de Material.*

90. *Quanto à segunda remessa, os representantes legais apresentaram informações desatualizadas do andamento do processo judicial. Em pesquisa realizada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), verifica-*



se que os autos 0719242-34.2020.8.07.0000²² encontram-se conclusos para a Relatora, Des. Maria Ivatônia, para julgamento de Embargos de Declaração.

91. Na fase anterior, por meio de acórdão, foi negado o Agravo de Instrumento interposto por Techmedical Importações e Comércio Ltda. contra decisão proferida pelo juízo da 6ª de Fazenda Pública do Distrito Federal que, em sede de Mandado de Segurança (0703813-70.2020.8.07.0018), indeferiu liminar pretendida no sentido de compelir a SES/DF a receber o lote de 1.266.733 máscaras.

92. No aludido acórdão, os magistrados da 5ª Turma Cível levaram em conta, como razões de decidir, a baixa qualidade das máscaras reportada pela SES/DF, bem como pela Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, em que a Juíza da 19ª Vara do Trabalho de Brasília determinou, liminarmente, a suspensão da distribuição de todos os EPIs inservíveis, não conformes ou inadequados, entre eles as máscaras fornecidas pela Techmedical Ltda.

93. Quanto aos pleitos dos representantes legais, entende-se que devem ser rejeitados.

94. Finalmente, devem ser considerados atendidos os esclarecimentos prestados em atenção aos itens III.a, IV.a e IV.d da Decisão 1.753/2021.

III. Conclusão

95. Tratam estes autos, inicialmente, da análise do mérito da Representação 24/2020-CF, acerca das seguintes irregularidades: (i) baixa qualidade das máscaras cirúrgicas descartáveis fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., no âmbito do Processo SEI 00060-00105182/2020-42; (ii) ocorrência de possível sobrepreço na referida aquisição; e (iii) morosidade nos processos de liberação de EPIs para os profissionais de saúde, pacientes e seus acompanhantes.

96. Nesta fase processual cuidou-se de analisar os esclarecimentos prestados pela SES/DF e pela sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., em atenção aos itens III e IV da Decisão 1.753/2021.

97. Verificou-se que a suposta baixa qualidade das máscaras cirúrgicas descartáveis, fornecidas pela Techmedical Importações e Comércio Ltda., foi motivada por falhas da Pasta da Saúde, por inadequações e omissões na especificação do material, e da empresa contratada por não ter apresentado o certificado de registro junto à Anvisa e ter fornecido o insumo com eficiência de filtragem de partículas inferior ao definido na Norma ABNT NBR 15052:2004.

98. Constatou-se que a remessa de 1.000.000 (um milhão) de máscaras descartáveis fornecidas foram rejeitadas por má qualidade, conforme relatórios técnicos da SES/DF e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Porém, grande parte do material foi segregado e aguarda a retirada no Almoxarifado Central da SES/DF pelo

²² Disponível em <https://pje2i.tjdft.jus.br/consultapublica/ConsultaPublica/listView.seam>. Acesso em 10/08/2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

fornecedor, perfazendo um total de 946.400 unidades, conforme registros fotográficos.

99. São propostas medidas à SES/DF no sentido de adequar a especificação da máscara cirúrgica descartável, constante do catálogo descritivo do Sistema Alphasinc, sob o código 91574, aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 15052:2004, bem como a reiteração da notificação à Techmedical Importações e Comércio Ltda. para que faça a imediata retirada das 946.400 máscaras cirúrgicas descartáveis rejeitadas.

100. Entende-se, ainda, não ser devido nenhum pagamento à empresa fornecedora, uma vez que não foram observadas, na íntegra, as especificações do Ofício 371/2020 e respectivo Projeto Básico.

101. Consideram-se, assim, atendidos os esclarecimentos prestados em relação aos itens III.a, III.b, IV.a, IV.c e IV.d da Decisão 1.753/2021. Deve ser considerado não atendido o item IV.b da mesma decisão.

102. Por fim, em razão das análises realizadas nesta instrução, bem como na Informação 86/2020 – DIASP3 (e-DOC 7B28FBA8, peça 83) e na Informação 12/2021 – DIASP3 (e-DOC 50CB2946, peça 107), a Representação 24/2020-CF (e-DOC 648B3A65, Peça 3) pode ser considerada procedente.” (grifos do original)

Diante do exposto, sugeriu-se ao Tribunal:

“I – tomar conhecimento:

- a) do Ofício 334/2021-FHB-DF/PR, de 28/05/2021, oriundo da Fundação Hemocentro de Brasília (e-DOC 2EE32791, Peça 130);
- b) da Manifestação da representante legal da sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. (e-DOC C53F6EFE, Peça 140) e documentos anexos (Peças 133 a 139);
- c) do Ofício 5343/2021-SES/GAB, de 25/05/2021 (e-DOC 70691565, Peça 141);
- d) do Ofício 6436/2021-SES/GAB, de 28/06/2021 (e-DOC 27412169, Peça 146);
- e) do Ofício 6514/2021-SES/GAB, de 30/06/2021 (e-DOC 97193E8F, Peça 151);
- f) da Informação 63/2021-DIASP3 (e-DOC 6B1191BB, Peça 157);

II – considerar:

- a) atendidos os itens III.a, III.b, IV.a, IV.c e IV.d da Decisão 1.753/2021;
- b) não atendido o item IV.b da Decisão 1.753/2021;
- c) procedente a Representação 24/2020-CF e anexos (e-DOCs 648B3A65, B70DF754 e D321E6A0, Peças 3 a 5);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

III – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:

- a) proceda a adequação da especificação da máscara cirúrgica descartável, constante do catálogo descritivo do Sistema Alphasinc, sob o código 91574, aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 15052:2004, quanto à Eficiência de Filtragem de Partículas (EFP) igual ou superior a 98%, para partículas de 0,105 µm, e à Eficiência de Filtragem Bacteriológica (BFE) igual ou superior a 95%;*
- b) reitere a notificação à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. para que faça a imediata retirada das 946.400 máscaras cirúrgicas descartáveis, reprovadas por qualidade insuficiente para proteção dos profissionais de saúde, encaminhando a esta Corte de Contas o Recibo de Retirada de Material;*
- c) abstenha-se de efetuar qualquer pagamento à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., referente às 53.600 máscaras consumidas pelas unidades de saúde, nos termos da medida cautelar deferida pelo item III da Decisão 2.604/2020, confirmada pelo item II da Decisão 1.753/2021;*

IV – autorizar:

- a) a ciência da Decisão que vier ser adotada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda.;*
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (SEASP), para acompanhamento do atendimento do item III.”*

FATO SUPERVENIENTE – ELEMENTOS ADICIONAIS

Após o término da instrução processual a cargo do ACE, a representante legal da sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. protocolou, no dia 13.09.2021, o documento intitulado “*Elementos Adicionais*” (e-DOC 9D9783D7-e).

Após lançar suas considerações complementares acerca da matéria, requereu-se:

- “a) **ACOLHER** estes Elementos Adicionais ora apresentados;*
- b) **ISENTAR** a ora PETICIONANTE, ao fim e ao cabo, de qualquer reponsabilidade quanto às ocorrências de que padece até o momento, notadamente em face das provas apresentadas nos autos, que demonstram a qualidade tecnicamente atestada das máscaras e a ausência de sobrepreço, tendo vista as razões indicadas;*
- c) **DETERMINAR**, ato contínuo, a liberação dos repasses à ora PETICIONANTE, tendo em vista a inexistência de qualquer irregularidade;*
- d) **MANDAR ARQUIVAR** estes autos em relação à PETICIONANTE.” (negritos do original)*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

COTA COMPLEMENTAR

O Diretor da 3ª Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – 3ª Diasp/TCDF, mediante cota complementar (**Informação n.º 76/2021 – DIASP3**, e-DOC AFA85F05-e), teceu as seguintes considerações em razão do documento de e-DOC 9D9783D7-e, intitulado “Elementos Adicionais”:

“2. Nesta fase processual, os esclarecimentos prestados em atenção aos itens III e IV da Decisão 1.753/2021 (Peça 121, e-DOC 58601364-e) foram analisados mediante a Informação 63/2021-Diasp3 (Peça 158, e-DOC 6B1191BB-e), finalizada em 10/08/2021. De antemão, manifestamos nossa concordância com a análise empreendida na referida Instrução, bem como com os encaminhamentos propostos.

3. Contudo, em 13/09/2021, a sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. apresentou os “Elementos Adicionais”, constantes da Peça 157 (e-DOC 9D9783D7-e), os quais não foram objeto de análise da citada Instrução.

4. Em suma, referido documento busca contraditar o teor do Ofício 6514/2021-SES/GAB (Peça 151, e-DOC 97193E8F), elaborado pela Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, em atenção à Decisão 1753/2021. Cabe ressaltar que a sociedade empresária tomou conhecimento dos esclarecimentos prestados pela Pasta mediante autorização conferida pelo Relator dos autos, em 30/07/2021 (Peça 155, e-DOC 297282DD-e).

5. Dessa forma, tendo em vista a autorização concedida e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mostra-se necessário examinar o teor dos elementos adicionais apresentados pela sociedade empresária, relativos aos itens III, V.a.1 e V.a.2 da Decisão 1753/2021.

6. No que se refere ao item III do Decisum, a empresa Techmedical alegou apenas que “a manifestação da SES/DF não atende ao determinado por essa eg. Corte de Contas”. Assim, permanecem inalteradas as sugestões da Informação 63/2021-Diasp3 acerca do tema.

7. No tocante ao item V.a.1, a despeito das considerações apresentadas pela empresa acerca do tema, verifica-se que o item VII.a da referida Decisão autorizou a instauração de autos apartados para tratar da Representação 51/2020-G2P, motivo pelo qual foi autuado o Processo 00600-00008103/2021-82, que abrigará a análise em questão. Vale ressaltar que o objetivo da discussão naqueles autos será a adequação das especificações utilizadas nas aquisições de máscaras cirúrgicas em face das normas aplicáveis. Não se busca, nesses autos, apurar irregularidades relativas a aquisições específicas – o que é o caso deste Processo.

8. Verifica-se, assim, que foi apresentada a dinâmica da dispensa de licitação que deu origem à Nota de Empenho 2020NE04261, desde os procedimentos da fase interna do certame, até a recusa dos produtos entregues pela empresa. Quanto a esses aspectos, a manifestação da empresa não inova em relação ao que já foi



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

apreciado nestes autos, motivo pelo qual permanecem inalteradas as sugestões da Informação 63/2021-Diasp3 acerca do tema.

9. *No que se refere ao item V.a.2, em que pese tal item também ser objeto de análise do Processo 00600-00008103/2021-82, é preciso ressaltar que a própria determinação excluiu os produtos fornecidos pela Techmedical do teor da manifestação que a SES deveria produzir. Isso se deu porque esse tema, isto é, a qualidade dos produtos fornecidos pela Techmedical, já foi amplamente discutido nestes autos, chegando-se à conclusão, na Informação 63/2021-Diasp3, que as alegações de baixa qualidade do material fornecido pela citada empresa são procedentes. Em face disso, permanecem inalteradas as sugestões da referida Informação acerca do tema.*

10. *Por fim, o último aspecto abordado na manifestação da sociedade empresária se refere à suposta necessidade de pagamento pelos produtos por ela fornecidos, amparada no princípio da vinculação ao instrumento convocatório e na vedação ao enriquecimento ilícito da Administração. Contudo, esse tema também foi objeto de análise nestes autos, em especial na Informação 12/2021-Diasp3 (Peça 107, e-DOC 50CB2946-e), motivo pelo qual também devem permanecer inalteradas as sugestões constantes da Informação 63/2021-Diasp3.*

11. *Assim, a manifestação da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. não altera o teor da análise empreendida na Informação 63/2021- Diasp3, motivo pelo qual **devem ser mantidas as sugestões formuladas pela Unidade Técnica, com o acréscimo de que o Plenário também tome conhecimento dos “Elementos Adicionais” (Peça 157, e-DOC 9D9783D7-e).*** (grifos do original)

As sugestões formuladas pelo ACE, com o acréscimo do Diretor da 3ª Diasp/TCDF, mereceram a concordância do titular da Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF (e-DOC 5DCAEE49-e).

DESPACHO SINGULAR N.º 718/2021 – GCIM

No dia 21.10.2021, a sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., por intermédio de suas representantes legalmente constituídas, requereu (e-DOC 6CD5A204-e) o fornecimento de cópia das seguintes peças processuais:

“(…)

- Informação nº 63/2021 – DIASP3 (e-DOC 6B1191BB-e);
- Informação nº 76/2021 – DIASP3 (e-DOC AFA85F05-e);
- Despacho nº 386/2021 – SEASP (e-DOC 5DCAEE49-e);
- Despacho Singular nº 664/2021 – GCIM (e-DOC 38716F34-e).”

O Relator do feito, mediante o **Despacho Singular n.º 718/2021 – GCIM**²³, de 27.10.2021, “em prol dos princípios do contraditório e da ampla defesa e

²³ e-DOC 1A008B27-e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

nos termos previstos no art. 131 do RI/TCDF”, autorizou “o fornecimento de cópia das peças eletrônicas elencadas pelas subscritoras do peticionamento de peça eletrônica 164” e determinou, “após adotadas as medidas decorrentes desta deliberação monocrática, (...) a remessa dos autos ao MPjTCDF para os fins escoimados no Despacho Singular n.º 664/2021 – GCIM”.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF, nos termos do **Parecer n.º 816/2021-G2P** (e-DOC 73EDB552-e), depois de sintetizar a matéria tratada nestes autos, posicionou-se de forma convergente com o corpo instrutivo, assim:

“I - Suposta baixa qualidade das máscaras fornecidas pela sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda.

15. Em primeiro lugar, a SES afirma que o descritivo que utilizou não apresentou texto idêntico aos dos normativos da Anvisa, mas as redações seriam convergentes em inúmeros aspectos.

16. Por outro lado, a empresa declarou que o produto era isento de registro à época dos fatos. Em razão disso, não apresentou o Certificado de Registro de Produto em plena validade, e que as máscaras entregues teriam atendido às especificações do projeto básico quanto à eficiência de filtração superior a 95%, para partículas de 3,2 µm.

17. Segundo o CT, a especificação quanto à Eficiência de Filtração de Partículas (EFP) requereu percentual superior a 95%, em desconformidade com a norma da ABNT, que prevê índice igual ou superior a 98%, para a filtração de partículas de 0,105 µm. Ou seja, o índice de qualificação EFP consta como superior a 95%, ao invés de igual ou superior a 98%, e há omissão quanto ao índice BFE (Eficiência de Filtração Bacteriológica) igual ou superior a 95%. Portanto, a conclusão é que tal fato acarretou a aquisição de máscaras sem a observância dos preceitos da ABNT NBR 15052:2004 ao exigir diâmetro de 3,2 µm, isto é 3.100% superior ao previsto na mencionada Norma, o que permitiu a compra de máscaras incapazes de filtrar partículas de 0,105 µm.

18. De ressaltar que laudo do ITA comprovou que a eficiência de filtração para partículas de 3,2 µm de diâmetro, em modelo de máscara facial da marca ANZU, a mesma fornecida à SES/DF, apresentou o índice EFP igual a 96%, abaixo do índice definido pela ABNT NBR 15052:2004, porém dentro das especificações editalícias constantes do Ofício 371/2020 e respectivo projeto básico que estipularam o EFP superior a 95%. Mas, foi refutada a argumentação acerca da falta de registro, “uma vez que a dispensa excepcional decorrente da Resolução RDC 356/2020 da Anvisa veio associada à necessidade de as máscaras cirúrgicas atenderem aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 15052:2004 (...) Assim, entende-se que a empresa Techmedical Ltda. deveria ter comprovado que as máscaras entregues possuem registro junto à Anvisa”.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

19. A responsabilidade foi compartilhada, pois se, por um lado a suposta baixa qualidade das máscaras cirúrgicas descartáveis, fornecidas pela sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., foi motivada por inadequações e omissões na especificação elaborada pela Pasta de Saúde; por outro, houve falha da empresa contratada por não ter apresentado o certificado de registro junto à Anvisa e ter fornecido o insumo com eficiência de filtragem de partículas de 96%, inferior ao definido pelo órgão regulador. “Em suma, embora a SES/DF tenha especificado o material de forma inadequada, foi exigido o Certificado de Registro de Produto na Anvisa. Visto que o fornecedor não apresentou tal certificado, haveria a necessidade de atendimento da multicitada Norma ABNT NBR 15052:2004, por força do art. 2º da Resolução RDC 356/2020 da Anvisa”.

20. Por isso, quanto a eventual pagamento pelas máscaras fornecidas pela empresa Techmedical Ltda., entendeu-se não ser devido, “uma vez que não foram observadas, na íntegra, as especificações do Ofício 371/2020 e respectivo Projeto Básico, notadamente a falta de apresentação do Certificado de Registro de Produto em plena validade”.

21. Parecer do MPCDF: concorda, integralmente, com as conclusões e análises do Corpo Técnico.

II. Quantidade de máscaras efetivamente entregues pela Techmedical Ltda.

22. O CT relata a polêmica, com a judicialização da questão e a colocação das máscaras em depósito, sendo notificada a empresa para a sua retirada, tendo sido duas as aquisições. Assim, conforme Despacho da Diretoria de Logística (DLOG), da primeira remessa, apenas 53.600 (cinquenta e três mil e seiscentos) unidades haviam sido distribuídas, restando, portanto, 946.400 (novecentos e quarenta e seis mil e quatrocentos) unidades para recolhimento pelo fornecedor. Quanto à segunda, decisão judicial, decisão judicial determinou, liminarmente, a suspensão da distribuição de todos os EPIs inservíveis, não conformes ou inadequados, entre eles as máscaras fornecidas pela Techmedical Ltda.

23. A sugestão foi a seguinte:

Assim, sugere-se determinar à SES/DF que reitere a notificação à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. para que faça a imediata retirada das 946.400 máscaras cirúrgicas descartáveis, reprovadas por qualidade insuficiente para proteção dos profissionais de saúde, encaminhando a esta Corte de Contas o Recibo de Retirada de Material.

24. Parecer do MPCDF: concorda, integralmente, com as conclusões, análises e sugestões do Corpo Técnico.

25. Por fim, a síntese conclusiva do CT é a seguinte:

“Entende-se, ainda, não ser devido nenhum pagamento à empresa fornecedora, uma vez que não foram observadas, na íntegra, as especificações do Ofício 371/2020 e respectivo Projeto Básico”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

26. *Na sequência, sugeriu-se a procedência da Representação e determinação, com as quais, sem delongas, o **Parquet aquiesce.***"
(grifos não acrescidos)

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

VOTO

O presente processo foi constituído para abrigar a **Representação n.º 24/2020 – CF**, oriunda do MPJTCDF²⁴, aditada mediante Ofícios n.ºs 282/2020-G2P e 293/2020-G2P e anexos.

Mediante a **Decisão n.º 2.228/2020**, esta Casa, dentre outras medidas, conheceu da exordial apenas na parte relacionada “à *baixa qualidade das máscaras cirúrgicas descartáveis*” fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. no âmbito do Processo SEIGDF n.º 00060-00105182/2020-42, à ocorrência de possível sobrepreço na referida aquisição e à morosidade nos processos de liberação de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para os profissionais de saúde, pacientes e seus acompanhantes”. Além disso, foi oportunizada a manifestação da Pasta de Saúde e da referida empresa acerca dos fatos representados.

Considerando que a resposta da SES/DF sobre a “qualidade das ‘máscaras cirúrgicas descartáveis’ fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. no âmbito do Processo SEI-GDF n.º 00060-00105182/2020-42” e sobre a “ocorrência de possível sobrepreço na aquisição mencionada” foi insuficiente; que as referidas máscaras encontram-se no estoque da Pasta de Saúde, inclusive com parte delas já distribuídas aos profissionais de saúde; que o TRT da 1ª Região, liminarmente, determinou o recolhimento, no prazo máximo de 5 dias, de “*todos os EPI’s inservíveis, não conformes ou inadequados*”; e que a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. não se manifestou nos autos, foi exarada a **Decisão n.º 2.604/2020**.

Por intermédio da deliberação plenária supracitada, o Tribunal, dentre outras providências, concedeu medida cautelar, com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, determinando à SES/DF que se abstenha de liquidar, pagar e/ou reconhecer a dívida referente às “máscaras cirúrgicas descartáveis” fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. no bojo do Processo n.º 00060-00105182/2020-42, no valor de R\$ 8.273.721,4, alusiva à Nota de Empenho 2020NE0426, até ulterior deliberação plenária. Ademais, fixou novo prazo para oitiva da SES/DF e da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda..

Na sequência, foram juntados outros expedientes²⁵ oriundos da 2ª Procuradoria do MPJTCDF, bem como houve o ingresso da **Representação n.º 51/2020-G2P** (e anexos), versando sobre denúncia de exigências possivelmente restritivas e/ou desnecessárias em editais para aquisição de máscaras, em virtude de não existirem as especificações requeridas em normas técnicas.

²⁴ A i. Procuradora Cláudia Fernanda Oliveira Pereira requereu (i) a criação, por meio do Setor de Tecnologia do TCDF, de mecanismo que facilite a fiscalização em tempo real dos contratos e pagamentos para o Covid19, (ii) o exame das aquisições de Equipamentos de Proteção Individual – EPI para profissionais de saúde e pacientes, dentre outros itens, para verificação da compatibilidade de preços, quantidade e qualidade; e (iii) a realização de inspeção na SES/DF, a fim de verificar a política adotada em relação à compra e disponibilização de EPIs para os profissionais de saúde, pacientes e seus acompanhantes.

²⁵ Ofícios n.ºs 440/2020-G2P, 472/2020-G2P e 500/2020-G2P e respectivos anexos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

Após manifestação dos órgãos instrutivo e ministerial, inclusive com reinstrução do feito, em atendimento ao Despacho Singular n.º 713/2020 – GCIM, foi prolatada a **Decisão n.º 1.753/2021**. Dentre outras providências, o Tribunal manteve a medida cautelar deferida pelo item III da Decisão n.º 2.604/2020, expediu determinações à SES/DF (item III) e concedeu prazo para que a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. adote as medidas indicadas no item IV da referida deliberação plenária, nestes termos:

*“III. determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias: **a)** informe, no que tange à entrega realizada no dia 19.05.2020, quantas máscaras foram devolvidas à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. e se ainda há algum produto no estoque da Pasta, passível de ser enviado de volta à Contratada, devendo encaminhar documentos comprobatórios capazes de demonstrar suas alegações; **b)** apresente manifestação acerca das considerações expendidas no relatório/voto do Relator;*

*IV. conceder prazo de 15 (quinze) dias para que a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., caso seja de seu interesse: **a)** informe, no que tange à entrega realizada no dia 19.05.2020, quantas máscaras foram devolvidas pela SES/DF, devendo encaminhar documentos comprobatórios capazes de demonstrar suas alegações; **b)** comprove que as máscaras entregues no dia 19.05.2020 (da marca MY MÁSCARAS/ANZU) possuem registro na Anvisa, encaminhando cópia autenticada do Certificado de Registro de Produto em plena validade, conforme exigência preconizada no item 6.6 do Projeto Básico; **c)** encaminhe cópia do laudo elaborado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA (mencionado no expediente protocolado em 03.05.2020, de e-DOC AEB29CA9-e) ou de outros documentos/pareceres/ensaios isentos que julgar necessário, de modo a evidenciar que as máscaras entregues atenderam integralmente às especificações constantes do Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG e respectivo Projeto Básico (notadamente, que o material filtrante da máscara possui eficiência superior a 95% para partículas de 3,2 µm); **d)** apresente manifestação acerca das considerações expendidas no relatório/voto do Relator;”*

Em atendimento à Decisão n.º 1.753/2021, foram juntados aos autos os seguintes expedientes: (a) pela representante legal da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. – e-DOC C53F6EFE-e e documentos anexos²⁶; e (b) pela SES/DF – e-DOCs 70691565-c, 27412169-c e 97193E8F-c.

No que tange à Representação n.º 51/2020-G2P, ainda por meio da Decisão n.º 1.753/2021, o Plenário tomou conhecimento da exordial, expediu diversas diligências à SES/DF, à Fundação Hemocentro de Brasília – FHB e ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF (item V) e autorizou a instauração de autos apartados para tratar da nova matéria representada (culminando na autuação do Processo n.º 00600-00008103/2021-82).

²⁶ Peças 133/139.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

A presente fase processual, portanto, trata da **análise de cumprimento das diligências constantes dos itens III e IV da Decisão n.º 1.753/2021 e de mérito da Representação n.º 24/2020 – CF.**

Nesta oportunidade, a unidade instrutiva, mediante a **Informação n.º 63/2021 – DIASP3**, sugere ao Tribunal: tomar conhecimento dos expedientes juntados aos autos; considerar (a) atendidos os itens III.a, III.b, IV.a, IV.c e IV.d da Decisão n.º 1.753/2021, (b) não atendido o item IV.b da Decisão n.º 1.753/2021 e (c) procedente a Representação n.º 24/2020-CF; determinar à SES/DF que (a) proceda a adequação da especificação da máscara cirúrgica descartável, constante do catálogo descritivo do Sistema Alphasinc, sob o código 91574, aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 15052:2004, quanto à Eficiência de Filtragem de Partículas (EFP) igual ou superior a 98%, para partículas de 0,105 µm, e à Eficiência de Filtragem Bacteriológica (BFE) igual ou superior a 95%, (b) reitere a notificação à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. para que faça a imediata retirada das 946.400 máscaras cirúrgicas descartáveis, reprovadas por qualidade insuficiente para proteção dos profissionais de saúde, encaminhando a esta Corte de Contas o Recibo de Retirada de Material, e (c) abstenha-se de efetuar qualquer pagamento à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., referente às 53.600 máscaras consumidas pelas unidades de saúde, nos termos da medida cautelar deferida pelo item III da Decisão n.º 2.604/2020, confirmada pelo item II da Decisão n.º 1.753/2021; dar ciência da Decisão que vier ser adotada à SES/DF e à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda.; e autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para acompanhamento do atendimento do item III.

Após o término da instrução processual a cargo do ACE, houve o ingresso do documento intitulado “Elementos Adicionais” pela representante legal da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., ensejando a elaboração de cota complementar pelo titular da unidade instrutiva.

O Diretor da 3ª Diasp/TCDF, por meio da **Informação n.º 76/2021 – DIASP3**, reitera as sugestões da Informação n.º 63/2021 – DIASP3, com acréscimo pelo conhecimento do documento “Elementos Adicionais”.

O MPjTCDF, nos termos do **Parecer n.º 816/2021-G2P**, aquiesce integralmente às sugestões do corpo instrutivo.

Antes de adentrar no exame da matéria, lembro que, na fase anterior, quando da prolação do voto condutor da Decisão n.º 1.753/2021, apresentei, de forma detalhada, toda cronologia dos fatos relacionados à contratação da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., para fornecimento de 2.266.773 máscaras cirúrgicas descartáveis, ao custo unitário de R\$ 3,65 e total de R\$ 8.273.721,45.

Remanesceram, no entanto, algumas dúvidas que ensejaram a prolação das diligências constantes dos itens III e IV da Decisão n.º 1.753/2021, a saber: (a) se a suposta baixa qualidade das máscaras fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. decorria de inadequação das especificações do Ofício 371/2020 e respectivo projeto básico ou da inobservância integral das disposições editalícias pela Contratada; (b) se a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. apresentou o Certificado de Registro do Produto emitido pela Anvisa e qual a eficiência de filtragem das máscaras entregues; e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

(c) qual a quantidade de máscaras entregues pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. e ainda estocadas no depósito da SES/DF.

Buscando contextualizar a matéria, mediante o voto de e-DOC 2092A54C-e, consignei o seguinte acerca das dúvidas supracitadas:

*“(…) algumas questões, que considero **relevantes**, merecem ser esclarecidas pelas partes envolvidas (SES/DF e empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda.), a fim de que o Plenário possa deliberar se a suposta “baixa qualidade” das máscaras cirúrgicas descartáveis fornecidas pela aludida firma no âmbito do Processo SEI-GDF n.º 00060-00105182/2020-42 decorreram de falha da Pasta de Saúde ou da empresa contratada.*

Somente depois de o Tribunal chegar a alguma conclusão sobre essa dúvida, poderá aprofundar a discussão se houve (ou não) sobrepreço na referida aquisição e se a Contratada faz jus ao recebimento de algum valor em razão dos produtos entregues e consumidos pela Pasta.

Com base nos esclarecimentos que vierem a ser apresentados acerca das questões que trago à tona nesta assentada, o Tribunal poderá decidir o encaminhamento a ser adotado no presente feito.

(…)

(…) a contratação em comento (aquisição de máscaras cirúrgicas descartáveis) buscava a disponibilização de “equipamentos de proteção individual para prevenção da transmissão (….) do coronavírus”, de modo a “garantir a proteção das equipes de trabalho”.

*É fato, porém, que tanto o Projeto Básico como o Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG especificaram que **a máscara cirúrgica descartável deveria atender às seguintes características:***

*“Aplicação: proteção de vias aéreas, para uso em serviços de saúde. Composição: Máscara em tecido não tecido (TNT) a base de polipropileno, em três camadas, com elemento filtrante e **eficiência superior a 95% para partículas de 3,2µm**, clipe nasal embutido não perfurante, sem memória, com tiras ajustáveis de amarrar. Tamanho: mínimo 17cmx17cm aberta. Processo de esterilização: não estéril. Forma de apresentação: Unidade (UN)” (destaquei)*

*Ocorre que, **antes da data da publicação do aviso de abertura da dispensa de licitação no DODF (dia 25.03.2020), foi promulgada, em 23.03.2020, a Resolução RDC n.º 356/2020 – Anvisa, que sequer foi mencionada no Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG e no Projeto Básico.***

*Como bem sintetizou o corpo instrutivo, a referida resolução **“dispensou, excepcional e temporariamente, a Autorização de Funcionamento de Empresa, a notificação à Anvisa, bem como outras autorizações sanitárias, para fabricação e importação de máscaras cirúrgicas – além de outros produtos médicos (art. 2º)”**.*



Inclusive,

“os produtos listados na referida RDC eram submetidos a controle da Anvisa²⁷ e foram liberados dessa exigência, de forma excepcional e temporária, com vistas a facilitar a disponibilização de “dispositivos médicos identificados como prioritários, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS - CoV-2” (destaquei).

Por outro lado,

“o art. 4º da norma estabeleceu que o “fabricante ou importador é responsável por garantir a qualidade, a segurança e a eficácia dos produtos fabricados em conformidade com este regulamento”. Outrossim, o inciso I do art. 5º trouxe, expressamente, a necessidade de se observar a norma ABNT NBR 15052.” (negritei)

Destaco que o art. 5º da RDC n.º 356/2020 – Anvisa estabeleceu que “as máscaras cirúrgicas devem ser confeccionadas em material Tecido-Não-Tecido (TNT) para uso odonto-médico-hospitalar, possuir, no mínimo, uma camada interna e uma camada externa e, obrigatoriamente, um elemento filtrante, de forma a **atender aos requisitos estabelecidos nas seguintes normas técnicas: I - ABNT NBR 15052:2004 - Artigos de não tecido de uso odonto-médico-hospitalar - máscaras cirúrgicas - Requisitos”.**

Segundo bem sintetizado²⁸ pela representante legal da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda.,

“a norma ABNT NBR 15052:2004, que trata de Artigos de não tecido de uso odonto-médico hospitalar - Máscaras cirúrgicas – Requisitos, apresenta uma gama de especificações, dividindo a análise em 5 pontos distintos: 1) quanto à eficiência de filtragem de partículas; 2) à eficiência de filtragem bacteriana; 3) à pressão diferencial (respirabilidade); 4) à tração das amarras e dos fixadores; e 5) à repelência a fluidos.”

Verifica-se, portanto, que **parte da discussão destes autos está na definição de quais especificações técnicas as “máscaras cirúrgicas descartáveis” fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. deveriam atender: se aquelas contidas explicitamente no Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG e respectivo Projeto Básico; ou se as constantes da Norma ABNT NBR 15052:2004, decorrentes da Resolução RDC n.º 356/2020 – Anvisa.**

A meu ver, há certa razoabilidade nas argumentações de ambas as partes, assim como a ocorrência de falhas por parte dos mesmos envolvidos.

A publicação da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC n.º 356/2020 – Anvisa 2 (dois) dias antes da divulgação da abertura da dispensa de licitação com base no Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG deveria ter ensejado a alteração do Projeto Básico e do aludido ofício de modo a explicitar a necessidade de as “máscaras cirúrgicas descartáveis” observarem a norma técnica ABNT NBR 15052:2004; o que não aconteceu.

²⁷ Na forma do art. 12 da Lei 6.360/1976 c/c art. 1º e 4º, IV, da Lei 5.991/1973.

²⁸ Fls. 07/08 do e-DOC 2D8F6049-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

O fato de o aludido ofício ter estabelecido como obrigação de todos os fornecedores a “prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial” não me parece, nesta oportunidade, suficiente para concluir que as “máscaras cirúrgicas descartáveis” deveriam observar a norma técnica ABNT NBR 15052:2004. Digo isso porque a publicação da aludida resolução ocorreu previamente à publicação do Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG. Além disso, por óbvio, a aludida resolução não se enquadra em lei especial.

Por outro lado, a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. tinha ciência que as “máscaras cirúrgicas descartáveis” tinham como objetivo a disponibilização de “equipamentos de proteção individual para **prevenção da transmissão (...) do coronavírus**”, de modo a “**garantir a proteção das equipes de trabalho**”.

Segundo consta dos laudos periciais juntados aos autos pela SES/DF, as “máscaras cirúrgicas descartáveis” entregues pela Contratada não garantiriam a proteção do indivíduo que porventura viesse a utilizá-la enquanto estiver em contato com alguém contaminado com o novo coronavírus. Tanto é que o TRT da 10ª Região, no bojo da Ação Civil Pública n.º 0000607-54.2020.5.10.0019, determinou liminarmente o recolhimento, no prazo máximo de 5 dias, de “todos os EPI’s inservíveis, não conformes ou inadequados” (dentre eles, das referidas máscaras).

A Contratada, porém, **valendo-se do princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, busca garantir o recebimento pela SES/DF das máscaras cujas especificações constam do Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG e do respectivo Projeto Básico e, por consequência, o pagamento que julga devido.

(...)

(...) no dia 19.05.2020, a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. entregou²⁹ apenas 1.000.000 de “máscaras cirúrgicas descartáveis” (sendo que a Nota de Empenho 2020NE03727 previa o fornecimento de 2.266.773 máscaras, em um prazo de 10 dias), totalizando R\$ 3.650.000,00, com destaque para o fato de a SES/DF não ter se manifestado favoravelmente quanto ao pleito da firma de alteração de marca e de recebimento **tardio** dos produtos.

(...)

Naquele mesmo dia [(10.07.2020)], a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. foi notificada³⁰ “a recolher o material entregue no prazo de 10 dias a contar desta data”.

Vale recordar, ainda, que a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. somente entregou, no dia 08.07.2020³¹, parte da quantidade restante (1.262.000 máscaras cirúrgicas descartáveis de um remanescente de 1.266.773 unidades) em razão da medida liminar exarada nos autos do Mandado de Segurança 0703813-70.2020.8.07.0018.

²⁹ Fl. 1355 do e-DOC 2D8F6049-e

³⁰ Notificação n.º 7/2020 - SES/SULOG/DLOG (Fl. 27 do e-DOC 1FB6022C-c).

³¹ Fl. 04 do e-DOC 1FB6022C-c



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

Ocorre que, conforme já relatado, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, no bojo do Agravo de Instrumento n.º 0719242-34.2020.8.07.0000, reconsiderou a decisão liminar que havia determinado “à autoridade impetrada o recebimento do lote de 1.266.733 (um milhão, duzentas e sessenta e seis mil, setecentas e trinta e três) máscaras cirúrgicas descartáveis, conforme previsão da Nota de Empenho 2020NE04261 (a nota de empenho posterior emitida em substituição à originária)”.

Segundo consta dos autos, **toda a quantidade entregue em razão da medida cautelar proferida nos autos do Mandado de Segurança 0703813-70.2020.8.07.0018 foi integralmente recolhida pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda.**

No entanto, há divergência de informações quanto ao recolhimento das unidades entregues na primeira oportunidade (em 19.05.2020, foram entregues 1.000.000 de máscaras).

A unidade instrutiva informa que:

“A despeito da transferência de **819.050** (oitocentos e dezenove mil e cinquenta) **unidades** do produto para a unidade “Farmácia Central – Interditados”, conforme dados extraídos do Alphasinc, constantes do Quadro I, há despacho da Diretoria de Logística (DLOG), de 22/10/2020, no qual indicou que, da primeira remessa, apenas 53.600 (cinquenta e três mil e seiscentos) unidades haviam sido distribuídas, restando, portanto, **946.400** (novecentos e quarenta e seis mil e quatrocentos) **unidades** para recolhimento pelo fornecedor.”

Por outro lado, a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. alega que a primeira remessa foi completamente consumida pela SES/DF.

Considerando a divergência de informações e ciente de que o corpo instrutivo não informou, com precisão, quantas máscaras foram devolvidas à Contratada (se 180.950 unidades ou se 53.600 unidades), cabe **determinar às partes envolvidas que encaminhem documentos comprobatórios capazes de demonstrar suas alegações alusivas à devolução e/ou consumo de produtos entregues pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda.**” (alguns grifos acrescidos)

Nesta assentada, entendo que os presentes autos possuem os elementos necessários para o deslinde da matéria.

A documentação entregue pela Pasta de Saúde e pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. permite afirmar que as especificações técnicas das “máscaras cirúrgicas descartáveis” fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. deveriam observar, integralmente, às exigências contidas no Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG e respectivo Projeto Básico, em homenagem ao princípio da vinculação ao edital.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

Alternativamente, ainda que a Resolução RDC n.º 356/2020 – Anvisa não tenha sido explicitada/mencionada no Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG e respectivo Projeto Básico, as excepcionalidades decorrentes da nova norma poderiam ser aproveitadas pela Contratada, desde que todas as condicionantes da Resolução fossem observadas simultaneamente (em especial, a necessidade de cumprimento da Norma ABNT NBR 15052:2004).

Assim, não se mostra razoável a utilização, simultânea e parcial, de ambas as referências, de modo a tentar justificar eventual interesse. Ou se aplica integralmente as previsões do Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG (e respectivo projeto básico), ou se adota, em sua totalidade, as exigências da RDC 356/2020 – Anvisa.

Ciente disso, conclui-se que a baixa qualidade das máscaras cirúrgicas descartáveis fornecidas pela sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. foi motivada por inadequações e omissões na especificação elaborada pela Pasta de Saúde e, também, por falha da empresa contratada, em harmonia com o propugnado pelos órgãos instrutivo e ministerial.

Ainda que as máscaras fornecidas pela Contratada tenham apresentado o índice EFP igual a 96% (acima das especificações editalícias constantes do Ofício n.º 371/2020, que estipularam o limite inferior de 95%, mas abaixo do índice definido pela ABNT NBR 15052:2004, de 98%), a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. não apresentou o Certificado de Registro de Produto em plena validade, em contrariedade ao exigido no item 6.6 do Projeto Básico, reproduzido a seguir:

“6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

(...)

6.6. Apresentar no ato da entrega de cada parcela cópia autenticada do Certificado de Registro de Produto em plena validade, inclusive para produtos importados; ou protocolo de revalidação do Certificado de Registro de Produto, expedido pela ANVISA, conforme RDC nº 185/2001 e artigo 12 da Lei nº 6.360 de 23/09/1976. Não serão aceitos protocolos de solicitação de registro;”
(grifei)

Destaco que a dispensa excepcional de apresentação do Certificado de Registro de Produto na Anvisa decorrente da Resolução RDC 356/2020 da Anvisa veio **associada** à necessidade de as máscaras cirúrgicas atenderem aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 15052:2004.

Ou seja, a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. não observou, simultaneamente e em sua integralidade, nenhuma das duas referências: nem o Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG (e respectivo projeto básico), nem a Resolução RDC n.º 356/2020 – Anvisa.

Assim, sobre a dúvida a quem se deve a baixa qualidade das máscaras cirúrgicas fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., peço licença para reproduzir, com pequenas supressões, as seguintes considerações lançadas pelo corpo instrutivo na Informação n.º 63/2021 – DIASP3, às quais me filio:

“48. A resposta da SES/DF confirmou a não conformidade da especificação editalícia com a norma [da ABNT NBR 15052:2004]



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

ao reproduzir os termos da especificação considerando a EFP superior a 95%, em contrariedade às normas transcritas pela própria SES/DF³² que preveem a EFP igual ou superior a 98% (e-DOC 27412169, Peça 146, fls. 111/112).

49. Ademais, a SES/DF alegou que os textos descritivos são convergentes em inúmeros aspectos, apesar de não serem idênticos. A especificação da máscara cirúrgica descartável não é convergente com as normas descritas por não exigir dos licitantes que as máscaras cirúrgicas descartáveis tivessem Eficiência de Filtragem Bacteriológica (BFE) igual ou superior a 95%.

50. Percebe-se, pois, que **o catálogo descritivo da máscara cirúrgica descartável**, extraído do Sistema Alphalinc, código 91574, **acha-se desatualizado, uma vez que o índice de qualificação EFP consta como superior a 95%, ao invés de igual ou superior a 98%, e há omissão quanto ao índice BFE no referido catálogo.**

51. **Isso acarretou a aquisição de máscaras sem a observância dos preceitos da ABNT NBR 15052:2004** ao exigir diâmetro de 3,2 µm, isto é 3.100% superior ao previsto na mencionada Norma, o que permitiu a compra de máscaras incapazes de filtrar partículas de 0,105 µm.

52. Noutro passo, **o estudo técnico produzido pelo ITA, encaminhado pela Techmedical Ltda.**, o qual, por meio de modelo matemático, estimou a eficiência de filtragem para partículas de 3,2 µm de diâmetro, em modelo de máscara facial da marca ANZU, a mesma fornecida à SES/DF, **apresentou o índice EFP igual a 96%, abaixo do índice definido pela ABNT NBR 15052:2004, porém dentro das especificações editalícias constantes do Ofício 371/2020 e respectivo projeto básico que estipularam o EFP superior a 95%.**

53. **A alegação da Techmedical Ltda. de que o produto era isento de registro à época dos fatos, baseado no art. 2º da Resolução RDC 356/2020 da Anvisa, não se mostra razoável, como bem explicitado no Voto do i. Relator, uma vez que a dispensa excepcional decorrente da Resolução RDC 356/2020 da Anvisa veio associada à necessidade de as máscaras cirúrgicas atenderem aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 15052:2004** (e-DOC 2092A54C, Peça 120, fl. 66).

54. A publicação da Resolução RDC 356/2020 da Anvisa ocorreu em 23/03/2020. A publicação do aviso de dispensa de licitação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) ocorreu em edição extra nº 38-B, p. 6, em 25/03/2020, sem a menção da citada RDC no Ofício 371/2020 e respectivo projeto básico.

55. Assim, entende-se que **a empresa Techmedical Ltda. deveria ter comprovado que as máscaras entregues possuem registro junto à Anvisa, conforme exigência preconizada no item 6.6 do Projeto Básico** (e-DOC 1160974D, Peça 9, fl. 132). (...)

56. Considera-se, pois, que **a suposta baixa qualidade das máscaras cirúrgicas descartáveis**, fornecidas pela sociedade

³² Resolução RDC 356/2020 da Anvisa e Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA 04/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., foi motivada por inadequações e omissões na especificação elaborada pela Pasta de Saúde, e por falha da empresa contratada por não ter apresentado o certificado de registro junto à Anvisa e ter fornecido o insumo com eficiência de filtragem de partículas de 96%, inferior ao definido pelo órgão regulador, mas dentro das inadequadas especificações editalícias [(que apenas exigiam a comprovação da eficiência de filtragem superior a 95% para partículas de 3,2 µm)].

57. Em suma, embora a SES/DF tenha especificado o material de forma inadequada, foi exigido o Certificado de Registro de Produto na Anvisa. Visto que o fornecedor não apresentou tal certificado, haveria a necessidade de atendimento da multicitada Norma ABNT NBR 15052:2004, por força do art. 2º da Resolução RDC 356/2020 da Anvisa." (destaquei)

Considerando que a empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. não apresentou o Certificado de Registro de Produto na Anvisa, a SES/DF não se vê obrigada a receber o material entregue pela Contratada. Mais que isso, a Pasta de Saúde, ainda que tenha especificado produto diverso daquele capaz de ser utilizado para o adequado enfrentamento da pandemia causada pelo COVID-19, mas amparada no descumprimento da exigência preconizada no item 6.6 do Projeto Básico, tem o poder-dever de negar o recebimento das aludidas máscaras.

Esclarecidas as questões relacionadas à motivação da baixa qualidade das máscaras fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., à ausência do Certificado de Registro do Produto emitido pela Anvisa e à eficiência de filtragem das máscaras entregues, passo a me manifestar sobre a quantidade de máscaras entregues pela Contratada e ainda estocadas no depósito da SES/DF.

Sobre essa questão, a unidade instrutiva esclareceu o seguinte

"76. Em atenção à citada decisão, a SES/DF informou que, embora a empresa tenha sido notificada a substituir ou recolher o material devido à sua qualidade insuficiente para proteção dos profissionais de saúde, houve a distribuição e consumo pelas Unidades de Saúde de 53.600 máscaras, restando a quantidade remanescente de 946.400 máscaras cirúrgicas descartáveis (e-DOC 27412169, Peça 146, fl. 68).

77. Para fazer prova, encaminhou os seguintes registros fotográficos providenciados pela Gerência de Almoxarifado Central, que ainda afirmou não ter havido nenhum recolhimento de máscaras pela Techmedical, além daquele registrado em 21/08/2020, referente à segunda entrega de 1.266.773 unidades³³ (e-DOC 27412169, Peça 146, fls. 71/74).

(...)

87. Pelos registros fotográficos encaminhados, fica esclarecida a questão da quantidade de máscaras cirúrgicas descartáveis fornecidas pela Techmedical Ltda. ainda em estoque no Almoxarifado Central da SES/DF e não recolhidas pelo fornecedor."

³³ Fl. 558 do Processo SEI 00060-00105182/2020 Parte 2, associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

Considerando que a baixa qualidade das máscaras cirúrgicas descartáveis fornecidas pela sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. foi motivada por inadequações e omissões na especificação elaborada pela Pasta de Saúde e, também, por falha da empresa contratada, que não apresentou o Certificado de Registro de Produto em plena validade, em contrariedade ao exigido no item 6.6 do Projeto Básico (ou, alternativamente, não atendeu às exigências da Norma ABNT NBR 15052:2004), e ciente de que resta a quantidade remanescente de 946.400 máscaras cirúrgicas descartáveis no depósito da SES/DF decorrente da 1ª entrega de 1.000.000 de máscaras, tenho por adequada e necessária a medida aventada pelo corpo instrutivo, com o ajuste redacional que faço, de **determinar** à SES/DF que *“reitere a notificação à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. para que faça a imediata retirada das 946.400 máscaras cirúrgicas descartáveis”*, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis à Contratada, ante a inobservância da exigência preconizada no item 6.6 do Projeto Básico, encaminhando a esta Corte de Contas o Recibo de Retirada de Material.

Vale recordar que o 2º lote de 1.266.773 máscaras entregue pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. foi integralmente recolhido pela Contratada, em razão do Agravo de Instrumento n.º 0719242-34.2020.8.07.0000, que reconsiderou a decisão liminar proferida no bojo do Mandado de Segurança 0703813-70.2020.8.07.0018.

Nada obstante todos os argumentos lançados e buscando reforçar o encaminhamento proposto, assevero que a 5ª Turma Cível do TJDF, no bojo do Agravo de Instrumento n.º 0719242-34.2020.8.07.0000, proferiu o **Acórdão n.º 1.330.006**, de 07.04.2021, com a seguinte Ementa:

“AGRAVO INTERNO E AGRAVO DE INSTRUMENTO. JULGAMENTO EM CONJUNTO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA CELERIDADE E DA ECONOMIA PROCESSUAL. DISPENSA DE LICITAÇÃO. MÁSCARAS CIRÚRGICAS DESCARTÁVEIS – EPIS. COMBATE DA DISSEMINAÇÃO DO COVID-19. PRODUTOS ENTREGUES. PARECER TÉCNICO. NÃO ATENDIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS TRAÇADAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

1. Em atendimento ao princípio da celeridade e economia processual, analisam-se o agravo interno e o agravo de instrumento simultaneamente. (Acórdão 1158618, 07195382720188070000, Relator: SILVA LEMOS, 5ª Turma Cível, data de julgamento: 13/3/2019, publicado no PJe: 9/4/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.).

2. Na hipótese, alegou a agravante ter participado de Dispensa de Licitação da Secretaria de Saúde do Distrito Federal para aquisição emergencial de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para combate da disseminação do COVID-19, tendo apresentado proposta vencedora para aquisição do item 13 do Edital (fornecimento de 2.266.773 máscaras no valor unitário de R\$ 3,65, preço total de R\$ 8.273.721,45). A autoridade coatora, após receber o primeiro lote dos produtos adquiridos pela Secretaria de Saúde e via do Aviso de Abertura de Dispensa de Licitação, teria recusado o



recebimento do segundo lote sob o argumento de ter o fornecedor ultrapassado o prazo de entrega previsto na Nota de Empenho.

3. *Consta no momento do recebimento do primeiro lote das máscaras a identificação de que distinto o produto entregue do aprovado no processo licitatório e, por isto, solicitado parecer técnico; no entanto como o estoque à época estava em situação crítica e diante da dificuldade da indústria de atender à demanda, a Diretoria de Logística da SES/DF resolveu receber os produtos, pois a recusa das máscaras, naquele momento, poderia significar maior prejuízo para a continuidade das atividades da rede pública de saúde.*

4. *A área técnica da SES/DF emitiu parecer no sentido de que não há segurança para uso do material recebido como máscara cirúrgica a ser utilizada como equipamento de proteção individual de forma a permitir seu uso pelos profissionais de saúde no exercício de sua função. Além disso, distribuídas as máscaras nos hospitais da rede pública, começaram a surgir reclamações dos profissionais de saúde acerca do material recebido, tendo eles afirmado não haver segurança em se utilizar as máscaras fornecidas pela SES, em razão do não cumprimento das normas técnicas.*

5. Divergência entre o produto fornecido e as disposições editalícias justifica recusa de recebimento, dever da Administração, sob pena de, não o fazendo, colocar em risco os profissionais de saúde de sua rede que, eventualmente, viessem a fazer uso de máscaras ineficientes, além do manifesto prejuízo ao erário. E lembra-se que de não observância de especificações técnicas constantes do edital decorre, nos termos do art. 78, I e II c/c 79, I, Lei de Licitações, rescisão do contrato.

6. *Recurso conhecidos, agravo de instrumento desprovido e agravo interno prejudicado.” (grifos acrescidos)*

Ad argumentandum tantum, peço licença para reproduzir o voto lançado pela i. Desembargadora Maria Ivatônia, acolhido à unanimidade pelos demais membros daquele d. Colegiado:

“Cabíveis e tempestivos, conheço do agravo interno e do agravo de instrumento, os quais serão analisados conjuntamente por serem adotados os mesmos fundamentos e em virtude dos princípios da celeridade e da economia processual conforme entendimento desta e. Corte:

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. MATRÍCULA EM CRECHE PRÓXIMA À RESIDÊNCIA EM PERÍODO INTEGRAL. IMPOSSIBILIDADE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA. AGRAVO INTERNO DO DF. RESPEITO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. JULGAMENTO SIMULTÂNEO. DECISÃO MANTIDA.

().

Agravo interno provido. Agravo de Instrumento desprovido”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 46D88CBE
Proc 00600-00002174/2020-91-e

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

(Acórdão 1181192, 07071757120198070000, Relator: SEBASTIÃO COELHO, Relator Designado: JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS 5ª Turma Cível, data de julgamento: 18/6/2019, publicado no PJe: 3/7/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.);

“AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EDUCAÇÃO INFANTIL. VAGA EM CRECHE PÚBLICA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. ATIVISMO JUDICIAL. PONDERAÇÃO COM OS PILARES DA RESERVA DA CONSISTÊNCIA, RESERVA DO POSSÍVEL, IGUALDADE E PROPORCIONALIDADE. DIREITO SOCIAL.

1. Em atendimento ao princípio da celeridade e economia processual, analisa-se o agravo interno e o agravo de instrumento simultaneamente.

(.).

6. Recursos conhecidos. Agravo interno desprovido e agravo de instrumento provido.”

(Acórdão 1158618, 07195382720188070000, Relator: SILVA LEMOS, 5ª Turma Cível, data de julgamento: 13/3/2019, publicado no PJe: 9/4/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.).

A agravante **TECHMEDICAL IMPORTACOES E COMERCIO LTDA** busca a reforma da decisão que, em sede de Mandado de Segurança, indeferiu seu pedido de tutela de urgência no sentido de compelir a Autoridade Coatora a receber o lote de 1.266.733 (um milhão, duzentas e sessenta e seis mil, setecentas e trinta e três) máscaras cirúrgicas descartáveis, adquiridas da Agravante pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES-DF, cujo recebimento foi recusado com justificativa de entrega fora do prazo.

Sem razão.

Verdade que, quando da análise do pedido de antecipação de tutela, teve-se como demonstrados os requisitos do relevante fundamento (*fumus boni juris*) e do risco de ineficácia da medida (*periculum in mora*) - art. 7º, inciso III da Lei 12.016/09, que disciplina o Mandado de Segurança.

Enfatiza-se que, naquele momento inicial, a questão posta nos autos e analisada na liminar foi a que até ali narrada: recusa pela autoridade coatora de recebimento das máscaras adquiridas pela Secretaria de Saúde e via do Aviso de Abertura de Dispensa de Licitação (Processo 00060-00105182-42) por ter o fornecedor ultrapassado o prazo de entrega previsto na Nota de Empenho.

Na questão posta e com base no que constava dos autos até aquele momento, os fundamentos do Mandado de Segurança apresentado pelo impetrante eram relevantes na medida em que foi demonstrado satisfatoriamente que os produtos foram entregues dentro do prazo fixado na Nota de Empenho 2020NE04261 (a nota de empenho posterior emitida em substituição à originária Nota de Empenho 2020NE03727).

Também tido como demonstrado o *periculum in mora*: a impetrante/agravante já havia transportado as máscaras adquiridas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

no processo licitatório de outra unidade da Federação para o Distrito Federal, produtos que se encontravam no interior de caminhões na porta do depósito da Secretaria de Saúde, o que tido como indicador de prejuízo financeiro à agravante.

Portanto, naquele momento processual, visualizava-se que recusa do recebimento das máscaras pela autoridade coatora era ilegítima, pois o fornecedor não havia ultrapassado o prazo para entrega previsto na Nota de Empenho, razão pela qual o ato administrativo deveria ser afastado, o que foi determinado pela decisão liminar.

Ocorre que, deferida a liminar, o DISTRITO FEDERAL veio aos autos e colacionou documentos que esclareceram que a recusa dos produtos não havia decorrido necessariamente do atraso, mas sim do não atendimento das especificações. Daí a revogação da liminar e a conclusão de que não prosperam os argumentos da agravante quanto à incorreção da decisão agravada. Explico.

*A agravante **TECHMEDICAL** participou da Dispensa de Licitação - Ofício 371/2020 (Processo 00060-00105182-42), publicado no Diário Oficial em 25.3.2020, pelo qual a Secretaria de Saúde do Distrito Federal buscava recebimento de propostas para aquisição emergencial de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para combate da disseminação do COVID-19 (ID 17148403, p.36).*

*Apresentou a proposta vencedora para aquisição do item 13 do Edital: fornecimento de 2.266.773 máscaras no valor unitário de R\$ 3,65, preço total de R\$ 8.273.721,45, publicada a Nota de Empenho **2020NE03727** no Diário Oficial do Distrito Federal em 06/05/2020, data a partir da qual iniciou-se a contagem do prazo de 10 dias para entrega dos produtos, conforme constou expressamente na publicação (“PRAZO DE ENTREGA: 100% em 10 dias”).*

*A própria agravante informou que não entregou os produtos até 14/5/2020, efetivando a entrega apenas em 19.5.2020 (ou seja, quando já expirado o prazo de entrega previsto na Nota de Empenho **2020NE03727**), entregue o lote de 1.000.000,00 (um milhão) de máscaras, mesmo fora do prazo (conforme demonstra a DANFE acostada no ID 17148403, p. 51).*

Contudo, os produtos entregues apresentaram problemas de qualidade.

De acordo com as informações prestadas pela Diretoria de Logística da Secretaria de Saúde (ID 17830776), no momento do recebimento foi identificado que o produto entregue “era visivelmente distinto do aprovado (40360546)”; solicitado novo parecer técnico, mas, como o estoque à época estava em situação crítica e dada a dificuldade da indústria de atender à demanda, recebidos os produtos, pois a recusa das máscaras, naquele momento, poderia significar maior prejuízo para a continuidade das atividades da SES/DF.

Na sequência, a Diretora de Logística da Secretaria solicitou à Gerência de Execução Orçamentária o cancelamento da Nota de Empenho 2020NE03727, vencida em 14/5/2020 (a primeira), e a emissão de nova Nota, emitida assim, em 20.5.2020, a Nota de Empenho 2020NE04261, na qual constou o valor global do contrato R\$ 8.273.721,45 (oito milhões, duzentos e setenta e três mil,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

setecentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos) e prazo de entrega de 10 (dez) dias.

A partir de tal momento, iniciaram-se tratativas relatadas pela agravante em seu recurso, que ocorreram entre a pessoa do Sr. Rodrigo (representante da agravante) e a Sra. Manuela (representante da SES) via mensagens de texto, cujo teor consta da Ata Notarial (ID 64857592) de transcrição, na qual se verifica que, após diversas tentativas do representante da agravante de obter anuência da SES para o recebimento do restante dos produtos (dentro do prazo de 10 dias da Nota de Empenho 2020NE04261), pois os carregamentos ainda estavam na estrada.

Ocorre que, em 25/5/2020, 6 (seis) dias após a primeira entrega dos produtos, a Gerência de Serviços de Atenção Primária da Asa Norte apresentou relatório acerca do material recebido (91574 - Máscara Cirúrgica Descartável), no qual destacou (ID 17830779):

“o material recebido não possui identificação de registro na Anvisa; não possui identificação do fabricante (de forma a permitir o levantamento de informações quanto ao cumprimento das normas técnicas aplicáveis mencionadas acima), não possui identificação do tipo de TNT usado na sua fabricação e, aparentemente, não possui elemento filtrante. Portanto, não encontramos evidências de sua real caracterização como máscara cirúrgica, por definição.

Assim, diante do fato de que não encontramos evidências de que tal máscara seja capaz de prover a eficiência necessária contida na descrição do item cadastrado no SIS Materiais, e tampouco encontramos evidências de que cumpra as normas NBR mencionadas acima, há entendimento dos gestores de materiais destas UBSs de que não há segurança para uso do material recebido como MÁSCARA CIRÚRGICA a ser utilizada como EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL de forma a permitir seu uso pelos profissionais de saúde da SES/DF no exercício de sua função.”

Além disso, distribuídas as máscaras nos hospitais da rede pública, sobrevieram reclamações dos profissionais de saúde relativas ao material recebido, alegação de não haver segurança em se utilizaras máscaras fornecidas pela SES porque não atendiam as normas técnicas (ID 17830779).

Diante desses relatos dos profissionais de saúde, a Subsecretaria de Logística em Saúde, em 28/5/2020, solicitou uma reanálise das amostras das máscaras, pedido justificado nos seguintes termos: **“amparado nas recentes reclamações sobre o produto e diante da preocupação com a segurança dos servidores, especialmente na atual situação de crise na saúde pública, o aumento de casos de COVID19 no DF e o risco de contaminação a que estes profissionais estão sujeitos diariamente, encaminhamos para conhecimento, ao tempo em que solicitamos reanálise, com envolvimento de todas as áreas relacionadas, para validação quanto à adequação do produto ao descritivo e efetividade da proteção, com a urgência que o caso requer.”** – ID 17830779.

Como se vê, quando a SES/DF recusou o recebimento do restante do material em 29.5.2020 já existiam sérias dúvidas quanto à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

qualidade das máscaras entregues pela agravante e quanto ao atendimento dos parâmetros exigidos no edital.

Veja-se que a questão do prazo na entrega não foi o fato mais relevante para recusa dos produtos, porquanto, pelo teor das conversas que constam da Ata Notarial (ID 64857592), a SES/DF receberia o restante dos produtos dentro do prazo de 10 dias da Nota de Empenho 2020NE04261, mas a situação mudou diante da constatação pelas áreas técnicas de que o material poderia não ser seguro para os profissionais de saúde.

Nesse contexto, diante da divergência entre o produto fornecido e as disposições editalícias, era dever da Administração recusar o recebimento, sob pena de, não o fazendo, colocar em risco os profissionais de saúde de sua rede que, eventualmente, viessem a fazer uso de máscaras ineficientes, além do prejuízo ao erário. Lembra-se que rescisão do contrato é tida como consequência de não observância das especificações técnicas constantes do edital – art. 78, I e II c/c 79, I, Lei de Licitações.

Aliás, deve-se destacar que as dúvidas quanto à qualidade das máscaras entregues pela agravante persiste. Tanto que as máscaras entregues pela agravante e recebidas pela a SES/DF - ID 17330780 (em cumprimento da decisão liminar, proferida em 1 de julho de 2020, que determinou o recebimento) não atenderam a qualidade e parâmetros exigidos no edital para o item adquirido (item 13 do Edital):

“MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL. Aplicação: proteção de vias aéreas, para uso em serviços de saúde. Composição: Máscara em tecido não tecido (TNT) a base de polipropileno, em três camadas, com elemento filtrante e eficiência superior a 95% para partículas de 3,2µm, clipe nasal embudo não perfurante, sem memória, com ras ajustáveis de amarrar. Tamanho: mínimo 17cmx17cm aberta. Processo de esterilização: não estéril. Forma de apresentação: Unidade (UN).” – ID 17148405, p.1

Após o recebimento, ao submeter as amostras das máscaras entregues pela agravante/impetrante ao exame pela área técnica da SES/DF, constatou-se que os produtos não correspondiam às especificações exigidas no Edital e não se mostravam seguras para a utilização por profissionais de saúde. Eis o Parecer Técnico emitido pela Diretoria de Apoio Operacional - Gerência de Hotelaria em Saúde (ID 17830780, p.6):

*“Em complemento ao Parecer Técnico 43287159, informo que, apesar de a máscara entregue pela empresa TECHMEDICAL possuir três camadas, **observou-se que a camada interna é INADEQUADA, ou seja, NÃO é composta por elemento filtrante.** Segundo a ANVISA (2020), máscaras cirúrgicas são máscaras faciais confeccionadas em não tecido de uso médico-hospitalar, **que devem possuir uma manta filtrante que assegure a sua eficácia em filtrar microrganismos e reter gotículas, devendo ser testadas e aprovadas conforme a norma ABNT NBR 15052.** De acordo com a Nota Técnica 4/2020 da ANVISA, a máscara cirúrgica deve ser usada apenas por pacientes com sintomas de infecção respiratória (como febre, tosse, dificuldade para respirar) e por profissionais de*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

saúde e de apoio que prestam assistência a menos de um metro do paciente suspeito ou caso confirmado.

A mesma Nota Técnica 4/2020 da ANVISA traz que, "A máscara cirúrgica deve ser constituída em material Tecido-Não-Tecido (TNT) para uso odonto-médico-hospitalar, possuir no mínimo uma camada interna e uma camada externa e obrigatoriamente um elemento filtrante. A camada externa e o elemento filtrante devem ser resistentes à penetração de fluidos transportados pelo ar (repelência a fluidos). Além disso, deve ser constituída de forma a cobrir adequadamente a área do nariz e da boca do usuário, possuir um clipe nasal constituído de material maleável que permita o ajuste adequado do contorno do nariz e das bochechas. E o elemento filtrante deve possuir eficiência de filtração de partículas (EFP) > 98% e eficiência de filtração bacteriológica (BFE) > 95%."

À inspeção física da máscara fornecida pela empresa TECHMEDICAL, **verificou-se que as três camadas são construídas pelo mesmo não tecido, não sendo seguras para a utilização por profissionais de saúde.** Ademais, as máscaras foram entregues em caixas extremamente mal embaladas, pertencentes a produto diverso (margarina), com diferentes identificações de lotes. **Essas embalagens externas dos pacotes de máscaras cirúrgicas possuem ALTO RISCO de contaminação dos produtos, pela precariedade que se encontram,** como pode ser observado nas fotos tiradas no Almoxarifado. **Portanto, REPROVO TODAS AS MÁSCARAS ENTREGUES, por não haver NENHUMA SEGURANÇA quanto à preservação da higiene dos produtos.** Em anexo, fotografias dos itens observados e apontados neste Despacho (43322638).

Tantos foram os questionamentos quanto à qualidade das máscaras fornecidas pela agravante que o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho em face do Distrito Federal e do Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHBDF. Na referida ação (0000607-54.2020.5.10.0019), a Juíza da 19ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 10ª Região determinou liminarmente ao Distrito Federal a suspensão da "distribuição, no prazo máximo de 48 horas, e recolher, no prazo máximo de 5 dias, todos os EPI's inservíveis, não conformes ou inadequados, assim considerados aqueles que possuam não conformidades de criticidade média ou alta aferida por Institutos acreditados pelo Inmetro e os considerados inadequados ou impróprios por seus próprios órgãos internos, juntando aos autos a comprovação no prazo máximo de 72 horas após o prazo concedido para a efetivação das medidas (pedido "a.5", deferido em parte)."

Como se vê, por qualquer ângulo que se examine a questão, inviável reforma da decisão agravada (pela qual indeferida a liminar pleiteada pela agravante), razão por que **nego provimento** ao agravo de instrumento e julgo **prejudicado** o agravo interno." (destaques do original)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

Portanto, tenho por superada qualquer discussão relativa à inadequabilidade das máscaras fornecidas pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. e sobre a previsão legal de rescisão contratual ante a “*não observância de especificações técnicas constantes do edital, nos termos do art. 78, I e II c/c 79, I, Lei de Licitações*”.

Na sequência, **deixo de acolher**, nestes autos, a sugestão aventada pelo corpo instrutivo (agasalhada pelo órgão ministerial), relacionada à adequação pela SES/DF da especificação da máscara cirúrgica descartável aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 15052:2004.

Tal discordância se deve ao fato de que eventual determinação nesse sentido deverá ocorrer, se for o caso, após aprofundamento da matéria no Processo n.º 00600-00008103/2021-82, autuado em razão do item “VII-a” da Decisão n.º 1.753/2021, para tratar especificamente da Representação n.º 51/2020-G2P, que versa sobre “*exigências possivelmente restritivas e/ou desnecessárias em editais para aquisição de máscaras, em virtude de não existirem as especificações requeridas em normas técnicas*”.

Lembro que, no voto condutor da Decisão n.º 1.753/2021, deixei consignado que a “*instauração de autos apartados para tratar da Representação n.º 51/2020-G2P*” era medida que se impunha, “*pois não cumpre a melhor eficiência processual tratar temas distintos no mesmo processo*”.

Nesse sentido, discordo do posicionamento do corpo instrutivo quando assim se posiciona:

“60. Assim, **adiantando-se ao mérito da citada Representação e por racionalidade processual**, sugere-se determinar à SES/DF a adequação da especificação da máscara cirúrgica descartável, constante do catálogo descritivo do Sistema Alphasinc, sob o código 91574, aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 15052:2004, quanto à Eficiência de Filtragem de Partículas (EFP) igual ou superior a 98%, para partículas de 0,105 µm, e à Eficiência de Filtragem Bacteriológica (BFE) igual ou superior a 95%.” (destaquei)

Inclusive, observo que no bojo do Processo n.º 00600-00008103/2021-82 foram juntados diversos documentos decorrentes das diligências previstas no item V da Decisão n.º 1.753/2021, oriundos da SES/DF e da FHB (faltando apenas a manifestação do IGESDF), parecendo-me precoce a expedição de qualquer determinação relacionada à matéria representada, sem a devida e completa análise de tais expedientes.

Ademais, no caso de restarem consignadas, naqueles autos, eventuais falhas por parte dos gestores das jurisdições relacionadas à elaboração de editais para aquisição de máscaras (com exigências possivelmente restritivas e/ou desnecessárias, em divergências às normas técnicas que regem a matéria), deverá ocorrer o levantamento de apuração de responsabilidades.

Nesse sentido, cabe ao Tribunal aguardar o desenrolar daquele processo para deliberação acerca da matéria representada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

Sobre a realização de eventual pagamento à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., adiantei, no voto condutor da Decisão n.º 1.753/2021, algumas breves considerações acerca da matéria:

*“Considerando a divergência de informações e ciente de que o corpo instrutivo não informou, com precisão, quantas máscaras foram devolvidas à Contratada (se 180.950 unidades ou se 53.600 unidades), cabe **determinar às partes envolvidas que encaminhem documentos comprobatórios capazes de demonstrar suas alegações alusivas à devolução e/ou consumo de produtos entregues pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda.***

*Tal medida, a meu ver, mostra-se necessária por entender que a Contratada deve ser tão-somente ressarcida dos custos incorridos com a contratação, descontando-se suposto sobrepreço que porventura venha a ser confirmado (em momento posterior, se for o caso), levando-se em consideração apenas a quantidade efetivamente consumida e **não devolvida à fornecedora**, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração.*

Destaco que eventual alegação de inadequação da especificação do edital (no caso, do Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG e respectivo Projeto Básico) não pode justificar o descumprimento, por parte da SES/DF, da sua obrigação de pagar pelo produto entregue e posteriormente utilizado, mesmo que o produto não se preste para “o combate da disseminação do COVID19”, tendo em conta que a definição das exigências partiu da própria Pasta de Saúde.

*No entanto, eventual pagamento **somente** restará devido, a meu ver, caso reste **evidenciado** que as máscaras entregues atenderam integralmente às especificações constantes do Ofício n.º 371/2020 - SES/SUAG e respectivo Projeto Básico (notadamente, que o material filtrante da máscara possui eficiência superior a 95% para partículas de 3,2 µm), cabendo à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. tal comprovação, mediante a apresentação de documentos/pareceres/ensaios isentos.*

Nesse sentido, com as devidas vênias aos entendimentos contrários, **discordo** do posicionamento dos órgãos instrutivo e ministerial, de determinar à SES/DF que se abstenha “de efetuar qualquer pagamento à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda., referente às 53.600 máscaras consumidas pelas unidades de saúde, nos termos da medida cautelar deferida pelo item III da Decisão 2.604/2020, confirmada pelo item II da Decisão 1.753/2021”.

Entendo que a SES/DF deve **pagar** à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., sob pena de enriquecimento ilícito da Administração, o valor de R\$ 195.640,00³⁴ (cento e noventa e cinco mil e seiscentos e quarenta reais), referente às 53.600 máscaras distribuídas e consumidas pelas unidades da Pasta de Saúde, ante a impossibilidade de devolução do produto à Contratada.

Outrossim, consigno que o expediente intitulado “Elementos Adicionais” (e-DOC 9D9783D7-e), protocolado pela representante legal da empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. em 13.09.2021, examinado pelo Diretor

³⁴ R\$ 195.640,00 = 53.600 x 3,65



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

da 3ª Diasp/TCDF mediante cota complementar (Informação n.º 76/2021 – DIASP3), não se mostra suficiente para alterar o posicionamento aqui defendido.

Diante de todo o exposto, em harmonia com a unidade instrutiva e o *Parquet* especial, cabe considerar, no mérito, **procedente** a Representação n.º 24/2020 – CF.

Esclareço, ainda, que não cabe, nestes autos, o conhecimento do e-DOC 2EE32791-c (conforme proposto pelo corpo instrutivo), alusivo ao Ofício n.º 334/2021 - FHB-DF/PR, encaminhado pela Fundação Hemocentro de Brasília, uma vez que o aludido expediente e seu respectivo anexo foram encaminhados em cumprimento à diligência constante do item “V-b” da Decisão n.º 1.753/2021, relacionada à Representação n.º 51/2020-G2P, e foram devidamente juntados ao Processo n.º 00600-00008103/2021-82 (autuado em face do item “VII-a” da Decisão n.º 1.753/2021) na forma dos e-DOCs 338E121B-c e 817489C0-c, respectivamente.

Por fim, em razão do debate ocorrido durante a Sessão Ordinária n.º 5.280, de 08.12.2021, acolho a sugestão do n. Conselheiro Márcio Michel no sentido de que a jurisdicionada identifique os responsáveis pelo recebimento do 1º lote das máscaras entregues pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. e pela distribuição das 53.600 unidades consumidas pelas unidades da Pasta de Saúde, para posterior audiência dos envolvidos ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, incisos II e III, da Lei Complementar n.º 01/1994.

Assim, em harmonia parcial com os órgãos instrutivo e ministerial, com os acréscimos que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

I. tome conhecimento:

- a) da manifestação encaminhada pela representante legal da sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. (e-DOC C53F6EFE e documentos anexos, Peças 133/139), encaminhada em atenção ao item IV da Decisão n.º 1.753/2021;
- b) dos Ofícios n.ºs 5343/2021 - SES/GAB, 6436/2021 - SES/GAB e 6514/2021 - SES/GAB e documentos anexos (e-DOCs 70691565-c, 27412169-c e 97193E8F-c, respectivamente), enviados em razão do item III da Decisão n.º 1.753/2021;
- c) da Informação n.º 63/2021 – DIASP3 (e-DOC 6B1191BB-e);
- d) do expediente protocolizado pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., mediante representante legal, em 13.09.2021, intitulado “*Elementos Adicionais*” (e-DOC 9D9783D7-e);
- e) da Informação n.º 76/2021 – DIASP3, e-DOC AFA85F05-e;
- f) do Parecer n.º 816/2021-G2P (e-DOC 73EDB552-e);

II. considere:

- a) no mérito, procedente a Representação n.º 24/2020-CF, aditada mediante Ofícios n.ºs 282/2020-G2P e 293/2020-G2P e anexos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 46D88CBE
Proc 00600-00002174/2020-91-e

Proc.: 00600-
00002174/2020-91e

- b) com relação à Decisão n.º 1.753/2021:
1. atendidos os itens “III.a”, “III.b”, “IV.a”, “IV.c” e “IV.d”;
 2. não atendido o item “IV.b”;
- III. determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que:
- a) reitere a notificação à sociedade empresária Techmedical Importações e Comércio Ltda. para que faça a imediata retirada das 946.400 máscaras cirúrgicas descartáveis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis à Contratada, ante a inobservância da exigência preconizada no item 6.6 do Projeto Básico, encaminhando a esta Corte de Contas o Recibo de Retirada de Material;
 - b) pague à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., sob pena de enriquecimento ilícito da Administração, apenas o valor de R\$ 195.640,00 (cento e noventa e cinco mil e seiscentos e quarenta reais), referente às 53.600 máscaras distribuídas e consumidas pelas unidades da Pasta de Saúde;
 - c) identifique os responsáveis pelo recebimento do 1º lote das máscaras entregues pela empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda. e pela distribuição das 53.600 unidades consumidas pelas unidades da Pasta de Saúde, para posterior audiência dos envolvidos ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, incisos II e III, da Lei Complementar n.º 01/1994;
- IV. dê ciência da Decisão que vier ser adotada à signatária da Representação n.º 24/2020 – CF e à empresa Techmedical Importações e Comércio Ltda., por intermédio de sua representante legal;
- V. autorize:
- a) o envio de cópia deste Relatório/Voto e da Decisão que vier ser adotada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, a fim de subsidiar o cumprimento das diligências constantes do item III anterior;
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 08 de dezembro de 2021

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator